

*Coleção*

**USO PROFISSIONAL**

*Coordenadores*

**Leonardo Garcia e  
Roberval Rocha**

**LEONARDO GARCIA**

# **CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

**Arts. 1º ao 54 – DIREITO MATERIAL**

**DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA PARA UTILIZAÇÃO PROFISSIONAL**

**2017**



[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

Rua Mato Grosso, 164, Ed. Marfina, 1º Andar – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia  
Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Conselho Editorial:** Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Freddie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Diagramação:** Linotec Fotocomposição e Fitolito Ltda. ([www.linotec.com.br](http://www.linotec.com.br))

**Capa:** Marcelo S. Brandão ([santibrando@gmail.com](mailto:santibrando@gmail.com))

---

C669 Código de Defesa do Consumidor / Leonardo Garcia, Salvador: Ed. Juspodivm, 2017.

848 p. (Coleção Uso Profissional / coordenadores Leonardo Garcia e Roberval Rocha)

ISBN 978-85-442-1680-4

1. Direito do Consumidor. 2. Código de Defesa do Consumidor I. Garcia, Leonardo. II. Título.

CDD 342.59

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

(tópicos contidos em cada artigo)

## Art. 1º

CDC na Constituição Federal.....	1
Intervenção do Estado para proteção do consumidor encontra autorização constitucional .....	1
Aplicação do CDC. Amparo à parte mais fraca nas relações jurídicas.....	1
CDC como microssistema jurídico .....	2
CDC como norma de sobredireito.....	2
Lei composta por normas oriundas de vários ramos do direito tradicional .....	2
Norma de interesse social .....	2
Respeito de toda a sociedade aos princípios do CDC.....	2
Participação obrigatória do MP em todas as ações coletivas sobre lides de consumo.....	2
Norma principiológica .....	3
CDC como norma superior em relação às demais legislações de mesma hierarquia.	3
Direito do Consumidor como direito fundamental .....	3
Eficácia horizontal dos direitos fundamentais.....	4
Decreto de prisão civil da devedora que deixou de pagar dívida bancária .....	4
Não cabe prisão por dívida. Aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana.....	4
Súmula Vinculante nº 25 do STF .....	4
Súmula nº 419 do STJ.....	4
A proteção e defesa do consumidor como cláusula pétrea.....	4
Norma de ordem pública: inafastáveis pela vontade individual.....	4
Conhecimento de ofício das normas de ordem pública.....	5
O juiz pode aplicar o <i>reformatio in pejus</i> por ser norma de ordem pública .....	5
Não haverá julgamento extra, infra ou ultra petita quando o juiz ou tribunal pronunciar-se de ofício .....	5
No sentido de não admitir, em grau recursal, o conhecimento de ofício das cláusulas abusivas nos contratos bancários. Posicionamento da 2ª Seção do STJ .....	6
Súmula 381 do STJ .....	6

No sentido de que os direitos dos consumidores são direitos disponíveis. Possibilidade da revelia.....	6
Cláusula de eleição de foro como sendo competência absoluta. Possibilidade de declaração de ofício .....	6
Não incidência do CDC aos contratos celebrados antes de sua vigência – entendimento do STF e STJ.....	7
No sentido de que deve o CDC receber aplicação imediata aos contratos assinados antes de sua entrada em vigor.....	8
Nos contratos de execução diferida, de longa duração, celebrados anteriormente à vigência do CDC, vem sendo admitida a incidência da norma consumerista pelo STJ, uma vez que o contrato é renovado a cada pagamento efetuado .....	8

## Art. 2º

Elementos que compõem o conceito de consumidor .....	8
Consumidor pode ser aquele que somente utiliza o produto e/ou serviço .....	9
Necessidade da nota fiscal para reclamar sobre os vícios nos produtos e serviços e para o ajuizamento da ação .....	9
Art. 2º, caput – consumidor <i>stricto sensu</i> ou standard.....	9
Bem utilizado dentro da cadeia produtiva – insumo.....	9
Insumos. Não aplicação do CDC.....	10
Empresas que utilizam insumos para a sua produção, mas não em sua área de expertise. Provada a vulnerabilidade, aplica o CDC .....	10
Teoria Finalista. Destinatário fático e econômico do bem ou serviço.....	11
Teoria Finalista. Financiamento obtido por empresário – não caracterização como consumidor .....	11
Aquisição de bens ou serviços para incrementar a atividade negocial – não aplicação do CDC .....	11
Mútuo bancário para obtenção de capital de giro.....	11
Outros exemplos da teoria finalista aplicada pelo STJ.....	12
Teoria Maximalista. Destinatário fático do bem ou serviço .....	12
Teoria Maximalista. Produtor agrícola na compra de adubo – caracterização como consumidor .....	12
Outros exemplos da Teoria Maximalista adotada pelo STJ .....	13
Teoria Finalista mitigada ou aprofundada – análise da vulnerabilidade no caso concreto.....	14

Agricultor que adquire bem móvel com a finalidade de utilizá-lo em sua atividade produtiva .....	14
Aquisição de veículo zero-quilômetro para utilização profissional como táxi .....	14
A lei consumerista incide sobre situações em que, apesar do produto ou serviço ser adquirido no curso do desenvolvimento de uma atividade empresarial, haja vulnerabilidade de uma parte frente à outra .....	15
Profissional freteiro adquirente de caminhão – Caracterização em decorrência da vulnerabilidade .....	16
Acidente de consumo envolvendo aeronave que realiza transporte aéreo de malotes. Abrandamento do rigor técnico do critério finalista .....	16
Sociedade empresária que utiliza cartão de crédito como meio de pagamento .....	16
Tipos de vulnerabilidade .....	16
Consumidor intermediário .....	16
O consumidor intermediário, desde que provada sua vulnerabilidade, poderá sofrer a aplicação do CDC .....	17
Pessoa jurídica pode ser considerada consumidora .....	17
Presunção da vulnerabilidade da pessoa jurídica .....	18
No sentido de que há presunção de vulnerabilidade inclusive para pessoas jurídicas .....	18
Equiparação pelo art. 2º, parágrafo único .....	19
O parágrafo único do art. 2º permite o enquadramento de conjunto de pessoas, mesmo que não sejam pessoas jurídicas .....	19
Condomínio de adquirentes de unidades imobiliárias equiparado a consumidor .....	19

### **Art. 3º**

Máxima amplitude ao conceito de fornecedor .....	20
Desenvolver atividade: praticar uma atividade com habitualidade .....	20
Agência de viagem, quando vende veículo próprio, não atua como fornecedor. Não “desenvolve atividade de venda de veículos” .....	21
Fornecedor equiparado (Estatuto do Torcedor) .....	21
Canal de televisão e seu público .....	21
Retransmissora .....	21
Corretagem de valores e títulos imobiliários .....	21
Cedente e cessionária em contrato de participação financeira atrelados a serviço de telefonia .....	21
Arrendamento mercantil – equipamento médico .....	22

Arrendamento mercantil/Leasing.....	22
Previdência privada .....	22
Súmula 563 do STJ.....	22
Súmula 321 do STJ (cancelada) .....	22
Previdência Social.....	23
Bancos.....	23
Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ligada ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) não são equiparadas as instituições financeiras .....	23
Financiamento bancário .....	23
Contratos de depósitos em caderneta de poupança.....	23
Súmula 297 do STJ.....	24
Súmula 285 do STJ.....	24
Na ADI 2.591, o STF pacificou que é aplicável o CDC às relações bancárias.....	24
Alienação Fiduciária.....	24
Fundo de investimento .....	24
Os contratos de outorga de crédito rural, ainda que a obtenção do crédito seja destinado à atividade produtiva, sujeitam-se à disciplina do CDC .....	24
Cooperativa de crédito.....	25
Internet .....	25
Provedor de pesquisa .....	25
Plano de saúde. Súmula 469 do STJ.....	26
Plano de saúde coletivo .....	26
Plano de saúde administrado por entidade de autogestão.....	26
Serviços médicos.....	26
Sociedades sem fins lucrativos.....	26
Sociedade de beneficência e filantropia que presta serviços médico-hospitalares mediante contribuição.....	26
SFH – Sistema Financeiro da Habitação .....	26
Sistema Financeiro da Habitação (SFH) – contrato de mútuo com cláusula de FCVS (Fundo de Compensação de Variação Salarial) – presença da garantia do Governo em relação ao saldo devedor – não aplicação do CDC.....	26
Financiamento para aquisição de Táxi.....	27
Transporte aéreo internacional.....	27

Contrato de incorporação .....	27
Administradora de cartão de crédito .....	27
Serviços de crédito e equipamentos ao lojista.....	27
Contratos de empreitada celebrados entre a CEF e a empresa contratada para construir as residências.....	27
Contrato de prestação de serviços entre Correios e empresa.....	27
Usuário de serviços dos correios .....	28
Clube de investimento e cotista para liberação integral de ações .....	28
Financiamento para compras de ações .....	28
Avalista.....	28
Objeto diferente do comércio exercido pelo vendedor.....	28
Locação predial urbana.....	29
Contrato de aluguel celebrado através de administradora .....	29
Condomínio e condômino.....	29
Relação entre condomínio e concessionária de serviço público .....	29
Relação entre o contador e o condômino .....	30
Contrato de franquia.....	30
Serviços Notariais .....	30
Crédito educativo.....	30
Execução Fiscal .....	30
Seguro empresarial .....	31
Contratação de seguro por microempresa .....	31
Consórcio .....	31
Serviços funerários .....	31
Doação de sangue.....	31
Contratos firmados entre postos e distribuidores de combustível.....	32
Relação entre representante comercial autônomo e a empresa.....	32
O fato de o consumidor ser sócio da empresa não afasta, por si só, a relação de consumo.....	32
Contrato administrativo.....	32
FGTS. Multa por descumprimento.....	32
Serviços advocatícios. Entendendo pela não aplicação do CDC .....	32
<i>Factoring</i> .....	33

Empresa que adquire avião para uso próprio.....	33
Leiloeiro. Dependerá se houver fornecedor e consumidor nos polos da relação. Leiloeiro somente responde pelos vícios do serviço prestado .....	33
Contrato de transporte internacional de mercadoria destinada a incrementar a atividade comercial da contratante .....	33
Não se aplica o CDC aos contratos de transporte internacional de insumos.....	34
Lojistas e Administradores de Shopping Center .....	34
Pessoa jurídica que contrata uso de software de vendas on on-line .....	34
Serviço que compõe a cadeia produtiva da empresa .....	34
Controvérsia entre jogador de futebol e empresa de material esportivo.....	34
Contrato firmado entre duas pessoas jurídicas, com o escopo de atender às necessidades financeiras de uma delas .....	34
Agricultor na compra de produto para a atividade rural.....	35
Superior Tribunal de Justiça Desportiva.....	35
Contribuinte X consumidor .....	35
Contribuinte não se confunde com consumidor.....	35
Taxa de iluminação pública .....	35
AIRBNB. Site de reserva de apartamentos.....	35
Site <i>Decolar.com</i> .....	36
Site de reservas de hotéis <i>Booking.com</i> .....	36
O fato de a pessoa ter um nível de discernimento acima das demais não retira sua condição de consumidora.....	36
Sobre outras hipóteses de aplicação do CDC, especificamente envolvendo consumidores por equiparação, ver art. 2º, art. 17 e art. 29.....	36
Produto no CDC. Definição ampla .....	36
Bens considerados fora de comércio.....	37
Crédito bancário como produto.....	37
Serviço puramente gratuito X Serviço aparentemente gratuito.....	37
Remuneração indireta .....	37
Aplicativos para chamar táxis.....	37
Aplicação do CDC ao UBER.....	38
Provedor de serviço de internet.....	38
Transporte desinteressado. Súmula 145 do STJ.....	38
Serviço de estacionamento. Súmula 130 do STJ .....	38



Responsabilidade de estacionamento de shopping – Assalto à mão armada, tentativa de estupro e morte da vítima fora do estabelecimento.....	38
Relações entre empregado e empregador (trabalhista) .....	39
Água e Esgoto.....	39
Pedágio. Caracterização como preço público .....	39
Investidor e banco. Relação de consumo configurada em razão da prestação de serviço realizada .....	39

## **Art. 4º**

Importância do art. 4º.....	40
Objetivos da PNRD .....	40
Todo consumidor é, por natureza, vulnerável.....	40
Vulnerabilidade. Traço universal de todos os consumidores.....	40
Submissão ao poder de controle dos empresários.....	40
Propositura de demanda no foro do domicílio do consumidor decorre de sua condição de vulnerável.....	40
A vulnerabilidade justifica o tratamento diferenciado dispensado pelo CDC .....	40
Impossibilidade de intervenção de terceiros após a sentença condenatória .....	41
Tipos de vulnerabilidades identificáveis .....	41
Vulnerabilidade informacional .....	41
Mutuário do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) como vulnerável faticamente frente ao agente financeiro.....	41
Vulnerabilidade do consumidor. Abusividade de seguro que limita cobertura a furto apenas qualificado.....	41
Pessoa jurídica como consumidora. Somente se há vulnerabilidade .....	42
Hipervulnerabilidade ou vulnerabilidade agravada .....	42
Hipervulnerabilidade – Crianças.....	42
Hipervulnerabilidade – Pessoas com deficiências físicas, mentais ou sensoriais.....	43
Hipervulnerabilidade – Indígenas.....	43
Hipervulnerabilidade – Pessoas com restrição ao glúten.....	43
Hipervulnerabilidade – Doentes .....	43
Vulnerabilidade ambiental.....	43
Vulnerabilidade do acesso .....	44
Autorização para a atuação do Estado.....	44

Legitimidade dos PROCONs para o exercício de controle de legalidade e interpretação de cláusulas contratuais.....	44
Competência do INMETRO para fiscalizar aspectos de conformidade e metrologia dos produtos colocados no mercado ( <i>sobre o dever de informação, ver art. 6º, III</i> )...	45
Intervenção para corrigir distorções.....	46
Possibilidade de edição de portarias para controle e fiscalização nas relações de consumo.....	46
Harmonização dos interesses.....	46
Diferenciando a boa-fé subjetiva da objetiva.....	46
Boa-fé objetiva. Conjunto de padrões éticos de comportamento aferíveis objetivamente.....	46
Boa-fé e contratos de adesão .....	47
Funções da boa-fé objetiva e o Código Civil .....	47
Boa-fé objetiva. Deveres anexos. Função interpretativa .....	48
Boa-fé objetiva. Deveres anexos. Função de controle .....	48
Boa-fé objetiva. Deveres anexos. Função integrativa .....	48
Princípio da transparência. Boa-fé objetiva .....	48
O direito à informação é uma das expressões do os Princípios da Transparência, da Boa-fé Objetiva e da Confiança .....	49
<i>Duty to mitigate the loss</i> . Dever de cooperação.....	49
Credor que deixa devedor na posse do imóvel por muito tempo sem ajuizar a ação possessória.....	50
Incidência de taxa de ocupação no período anterior ao leilão extrajudicial de imóvel ocupado por mutuário inadimplente (SFH).....	50
Enunciado n. 169 do Conselho da Justiça Federal, na III Jornada de Direito Civil...	51
Boa-fé objetiva. Aplicação a todos os participantes da relação.....	51
Boa-fé objetiva. Aplicação em todo ordenamento jurídico.....	51
Boa-fé objetiva. A proteção da boa-fé não pode propiciar favorecimento indevido ao consumidor.....	51
Boa-fé objetiva. Cobrança de comissão de concessão de crédito mensalmente ao mutuário .....	51
Boa-fé objetiva. Impossibilidade de cobrança de encargos bancários em conta corrente inativa .....	51
Boa-fé objetiva. Cláusula que estabelece o reajuste das prestações pela variação do dólar .....	52

Boa-fé objetiva. Contrato de serviço financeiro que prevê incidência de juros remuneratórios, mas não os determina .....	52
Boa-fé objetiva. Recusa em exibir documentos/extratos .....	52
Boa-fé objetiva. Autorização de realização de angioplastia com negativa de fornecimento de <i>stent</i> .....	52
Boa-fé objetiva. Limitação de internação. Súmula 302 do STJ .....	53
Boa-fé objetiva. Alienação de carteira de clientes por parte de operadora de plano de saúde. Dever da alienante e da adquirente de manter a cobertura securitária originalmente contratada pelo consumidor .....	53
Boa-fé objetiva. Corte no fornecimento de energia elétrica por dívida ínfima .....	54
Boa-fé objetiva. Contrato de honorários advocatícios .....	54
Boa-fé objetiva. No contrato de compra e venda de imóvel a referencia à área não pode ser meramente enunciativa .....	54
Boa-fé objetiva. A contratação expressa da capitalização de juros deve ser clara .....	55
Boa-fé objetiva. Repasse do custo do serviço a maior .....	55
Boa-fé objetiva. Dever de comunicar individualmente o descredenciamento de médicos e hospitais .....	55
Boa-fé objetiva. Descredenciamento que diminui a qualidade os serviços contratados....	56
Boa-fé objetiva. Alteração unilateral do contrato de plano de saúde .....	56
Boa-fé objetiva. Não é possível a seguradora invocar prazo de carência contratual para restringir o custeio dos procedimentos de emergência com risco à vida para o consumidor .....	56
Boa-fé objetiva. Cobrança de mensalidade independentemente do número de disciplinas cursadas .....	57
No sentido da não aplicação da teoria do adimplemento substancial nos contratos de alienação fiduciária regidos pelo Decreto-Lei 911/69.....	57
Boa-fé objetiva. Teoria do adimplemento substancial. Manutenção no plano .....	59
Boa-fé objetiva. Possibilidade de revisão das cláusulas contratuais pactuadas.....	60
Boa-fé objetiva. Se já houve a aceitação de parte do prêmio, não pode a vigência do seguro ficar sujeita à vontade unilateral da seguradora, condicionada à emissão da respectiva apólice .....	60
Boa-fé objetiva. Reajustes das mensalidades de planos de saúde em razão da mudança da faixa etária .....	60
Boa-fé objetiva. Mudança abrupta das condições do seguro. “No mesmo sentido.....	60
Boa-fé objetiva. A recusa de tratamento de doenças preexistentes somente se houver má-fé do consumidor na omissão de informações. A seguradora pode requerer exames médicos para detectar as doenças .....	61

Boa-fé objetiva. SFH. Cláusula de exclusão por doença preexistente. Necessidade de prévio exame médico .....	61
Boa-fé objetiva. Proteção do investidor-consumidor. Investimento feito pela instituição bancária sem autorização expressa do consumidor .....	62
Boa-fé objetiva. A prática da conferência de mercadorias pelos estabelecimentos comerciais, após a venda, é lícita .....	62
Boa-fé objetiva. Não se pode presumir que a autoria da fraude no medidor de energia elétrica seja do consumidor.....	63
Boa-fé objetiva. A alteração do domicílio do consumidor durante o desenvolvimento do contrato deve ser informada ao fornecedor.....	63
Boa-fé objetiva. Deve ser remetida cópia da apólice contratada ao segurado, ainda que a celebração do contrato tenha se dado por via telefônica .....	63
Boa-fé objetiva. Princípio da informação. Assinatura de paciente em termo de consentimento informado.....	63
Boa-fé objetiva. Sonegação de informação.....	63
Boa-fé objetiva. O princípio deve ser analisado contextualmente (julgamento envolvendo responsabilidade das empresas de tabaco).....	63
Boa-fé objetiva. Empresa que somente fornece caixa postal para comunicação.....	64
Boa-fé objetiva. Recusa de cheque sob o falso argumento de que não havia provisão de fundos.....	64
Boa-fé objetiva. Seguro de automóvel. Consumidor deve informar local de uso habitual do veículo.....	64
Boa-fé objetiva. Dever de informação das agências de viagens .....	65
Boa-fé objetiva. Inexistência de vantagem exagerada em cobrança por carnê ou boleto bancário .....	65
Contratos relacionais ou cativos de longa duração. Proteção especial em face da boa-fé.	65
Contratos relacionais. Mudança abrupta das condições do seguro.....	66
Princípio da educação e informação dos consumidores.....	67
Educação e informação para os dois polos da relação .....	67
O artigo 6º, II do CDC.....	67
Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004 .....	67
Lei nº 12.291/2010 – .....	67
Princípio do incentivo ao autocontrole .....	67
Arbitragem como mecanismo alternativo de solução de conflitos. Possibilidade nas relações de consumo .....	67
A escolha da via arbitral é do consumidor.....	68

Arbitragem. Havendo consenso entre as partes (consumidor e fornecedor), pode ser instaurar o procedimento arbitral.....	68
Arbitragem. Direito do consumidor de ajuizar a ação mesmo tendo cláusula compromissória.....	68
<i>Consumidor.gov.br</i> .....	69
Enunciados aprovados na I Jornada “Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios”, promovida pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) .....	70
Enunciado n. 9 .....	70
Enunciado n. 12 .....	70
Princípio da coibição e repressão de abusos no mercado .....	70
Proteção à concorrência desleal. Deve-se considerar o consumidor desatento.....	70
Concorrência desleal. Dano ao consumidor. Recondicionamento de produtos sem a anuência do titular da marca.....	71
Finalidade da proteção ao uso das marcas.....	72
<i>Dumping</i> . O combate às práticas anticoncorrenciais é medida que se insere, concomitantemente, nos microssistemas do consumidor (CDC) e da concorrência. Legitimidade do Procon para atuar por prática de <i>dumping</i> .....	72
Multa aplicada por Procon em decorrência de prática de <i>dumping</i> .....	73
Marcas semelhantes em produtos da mesma classe induzem o consumidor a erro...	73
Publicidade comparativa. Conceito e possibilidade de utilização.....	73
Hipóteses de irregularidades na publicidade comparativa .....	73
Publicidade comparativa. Permitida pelo CDC desde que apresente dados objetivos	74
Publicidade comparativa. Observância ao princípio da veracidade das informações, seja objetiva e não abusiva.....	74
Princípio da racionalização e melhoria dos serviços públicos .....	75
Interrupção dos serviços públicos .....	75
Princípio do estudo das modificações do mercado.....	75

## Art. 5º

Especialização dos órgãos.....	75
Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC.....	75
Fiscalização pela Anvisa .....	75
Fiscalização de relação de consumo pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro. Possibilidade .....	77

A proteção das relações de consumo deve ser feita pelos membros do SNDC.....	77
Seguro. Fiscalização pelo Procon.....	77
Empresa Pública Federal. Aplicação de multa pelo Procon.....	77
Empresa de seguro privado. Aplicação de multa pelo Procon.....	78
Não caracterização de <i>Bis in Idem</i> . Aplicação de multa pelo Procon.....	78
A atividade fiscalizadora e normativa das agências reguladoras não exclui a atuação dos Procons.....	78
PROCON. Legitimidade para proteção de direitos individuais homogêneos. Não cabe ao Poder Judiciário compelir municípios a criarem PROCONs.....	79
Assistência jurídica gratuita para o consumidor carente.....	79
Defensoria Pública. Legitimidade para a defesa de interesses da coletividade de consumidores .....	79
Defensoria Pública. O STJ tem exigido como requisito para a Defensoria Pública propor a ação coletiva que os beneficiados se enquadrem na condição jurídica de “necessitados” (econômicos e jurídicos) .....	80
A simples declaração do consumidor autoriza a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita.....	80
A defesa dos direitos do consumidor insere-se nas funções institucionais do Ministério Público.....	81
Legitimidade do Ministério Público para a defesa de interesses individuais homogêneos.....	81
Legitimidade do Ministério Público para ação coletiva visando afastar venda casada em contratos de telefonia fixa e internet.....	82
Direito à saúde. Legitimidade ativa do Ministério Público para questionar abusividade de cláusulas contratuais.....	82
Transporte público. Legitimidade ativa do Ministério Público para questionar o valor da tarifa .....	82
Telefonia móvel. Legitimidade ativa do Ministério Público para questionar cláusula contratual de fidelização do consumidor à operadora do serviço.....	82
Transporte coletivo. Legitimidade ativa do Ministério Público para a apuração de lesões a direitos dos consumidores.....	83
Cobrança de encargos adicionais em cartão de crédito. Legitimidade ativa do Ministério Público para apurar eventual ilicitude .....	84
As Delegacias de Polícia de Defesa do Consumidor são órgãos da estrutura da Polícia Civil .....	84
Vara especializada do consumidor.....	84
Associações. Legitimidade ativa <i>ad causam</i> para a defesa dos consumidores.....	85

Associações. Legitimidade ativa <i>ad causam</i> para o ajuizamento de ação declaratória de nulidade de cláusulas contratuais.....	85
Associações. Legitimidade <i>ad causam</i> dos “Centros Acadêmicos” para o ajuizamento de ação coletiva em defesa dos direitos dos estudantes.....	85
Associações. Legitimidade ativa <i>ad causam</i> para discutir abusividade de cláusulas contratuais.....	85
Associações. Legitimidade ativa <i>ad causam</i> de associação de pais e alunos para a discussão acerca de mensalidades escolares.....	86

## Art. 6º

Rol de direitos exemplificativo .....	86
Sobre a proteção à saúde e segurança dos consumidores, ver arts. 8º ao 10 .....	86
Sobre a periculosidade e nocividade dos produtos e serviços, ver arts. 8º ao 10.....	86
A segurança contra os riscos abrange conteúdo patrimonial também.....	86
A proteção abrange desde o momento da introdução do produto no mercado de consumo até a fase de descarte .....	87
O direito básico à proteção da saúde e à segurança do consumidor está intimamente vinculado com a proteção do direito à vida .....	87
Dever do poder público e de seus concessionários e permissionários prestar serviço adequado, eficiente e seguro .....	87
A disponibilização de produto em condições impróprias para o consumo afeta a segurança que rege as relações consumeristas .....	87
Educação formal e informal.....	88
Educação pelos órgãos públicos e entidades privadas .....	88
Sobre a venda casada como ofensa ao direito de escolha do consumidor, ver art. 39, I ..	88
Venda casada. Obrigatoriedade de contratar seguro habitacional diretamente do agente financeiro. Cerceamento da liberdade de escolha .....	88
Venda casada. Violação da liberdade do direito de escolha do consumidor.....	88
Sobre o dever de informar na oferta de produtos e serviços, ver art. 31 .....	89
Sobre o princípio da informação, verificar julgados sobre a boa-fé objetiva no art. 4º, III.....	89
O dever de informar deve ser exigido em todas as etapas da relação de consumo....	89
Dever de informar do fornecer deve considerar todos os consumidores envolvidos e não o indivíduo “médio” .....	89
Não basta ao fornecedor entregar ao consumidor uma enorme quantidade de informações .....	90

O direito à informação visa assegurar ao consumidor uma escolha consciente.....	90
Importância da aferição daquilo que o consumidor razoalmente pode esperar de um serviço para análise do dever de informar.....	90
O dever de informação como medida de precaução deve ser sobrepor a eventual dúvida sobre o risco real.....	90
Discriminação de ligações em fatura de telefonia.....	91
Empresa de telefonia. Dever de prestar informações. Ação de exibição de documentos..	91
Transferência de risco da atividade financeira ao consumidor. Impossibilidade.....	91
É obrigatória a manutenção de exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais.....	91
Informação ao consumidor na comercialização de veículos automotores novos ou usados.....	91
Venda de meia-entrada pela internet. Informações necessárias.....	91
Informação ao consumidor do preço por unidade de medida.....	92
Informação nas embalagens e rótulos dos equipamentos e produtos de limpeza sobre o risco de escassez e de incentivo ao consumo moderado de água.....	92
Informação nos rótulos e embalagens de medicamentos de uso infantil.....	92
Informação sobre o risco. A mera alteração da bula não é suficiente para dar conhecimento acerca do risco do medicamento.....	92
Ofensa ao direito de informação. Abusividade de seguro que limita cobertura a furto apenas qualificado.....	92
Descumprimento do dever de informação. Instituição de ensino não autorizada pelo MEC.....	93
Capitalização diária de juros em contrato bancário. Dever de informar.....	93
Telefonia móvel. Oscilação de sinal durante acesso à internet por meio de tecnologia 3G. Dever de informar.....	94
Publicidade de produto. Omissão quanto ao preço e forma de pagamento. Dever de informar. ( <i>sobre publicidade enganosa, ver art. 37, §1º</i> ).....	94
Contrato de cartão de crédito. Dever de informar sobre os encargos contratados, ainda que o consumidor possa obter cópia do contrato na internet.....	95
Maquiagem dos produtos. Diminuição do volume ou quantidade. Dever de informar...	95
Contratação de seguro. Dever de envio de cópia da apólice ao consumidor.....	96
Telefonia. Dever de informar ao consumidor as mudanças na legislação que rege a prestação do serviço.....	96
Extinção de curso superior. Consumidora que foi devidamente informada sobre tal possibilidade através de cláusula contratual.....	96



Tributos incidentes.....	97
Dever de informação na seara médica.....	97
Descredenciamento de clínica médica sem prévia comunicação ao consumidor. ( <i>sobre dano moral, ver art. 6º, VI</i> ).....	97
Informação sobre necessidade de obtenção de visto para o país onde o voo de retorno faria breve conexão.....	98
No mesmo sentido, envolvendo falta de informação sobre a necessidade de obtenção de visto de trânsito à passageira boliviana que adquiriu bilhete aéreo com destino à França.....	98
Sobre publicidade enganosa e abusiva, ver art. 37 .....	99
Sobre práticas abusivas, ver art. 39.....	99
Sobre cláusulas abusivas, ver art. 51.....	99
Sobre a revisão/modificação das cláusulas nos contratos bancários, ver art. 51, <i>caput</i> .....	99
Sobre a revisão/modificação das cláusulas nos contratos de planos de saúde, ver art. 51, <i>caput</i> .....	99
Lesão .....	99
Lesão no Código Civil – art. 157.....	99
Diferença da lesão no CDC e CC.....	99
Teoria da base objetiva do negócio jurídico .....	99
Maxidesvalorização do real frente ao dólar. Teoria da base objetiva do negócio jurídico só pode ser utilizada quando há relação de consumo .....	100
A superveniente desvalorização da moeda justifica a revisão do contrato, cuja base objetiva ficou substancialmente alterada.....	100
No CDC, não precisa analisar a imprevisibilidade do evento.....	101
Os direitos previstos no CDC não podem ser utilizados a favor do fornecedor.....	101
Variação do dólar. Possibilidade de revisão .....	102
Divisão do ônus da variação cambial. Reajuste das prestações pela metade da variação cambial .....	102
Arrendamento mercantil reajustado com base na variação cambial. Necessidade de comprovação de captação de recursos do exterior .....	102
Ônus da prova de captação específica de recursos provenientes de empréstimo em moeda estrangeira é do fornecedor .....	103
Possibilidade de revisão de contratos pagos .....	103
Possibilidade de discutir a legalidade ou abusividade das cláusulas nos autos da ação de busca e apreensão.....	103

Possibilidade de revisar os juros remuneratórios nos contratos bancários.....	103
Cláusula penal que prevê a retenção de 50% do valor do contrato em caso de desistência do consumidor. Possibilidade de revisão para reduzir a multa a 20% .....	103
Efetiva reparação. Princípio da <i>restitutio in integrum</i> .....	104
Enunciado n. 411 do Conselho da Justiça Federal, na V Jornada de Direito Civil ....	104
Extravio de mercadoria. Não aplicação do regime tarifado.....	104
Não aplicação da Convenção de Varsóvia. Extravio de bagagem.....	105
Não aplicação da Convenção de Varsóvia. Atraso de voo internacional.....	105
No sentido de não ser aceita a indenização tarifada prevista no Código Brasileiro de Aeronáutica e também na Convenção de Varsóvia, mesmo não sendo uma relação de consumo .....	106
Acidente aéreo. Indenização decorrente de morte de passageiro. Reparação integral	107
Dano moral. Conceito.....	108
Mero aborrecimento não caracteriza dano moral.....	108
Dano <i>in re ipsa</i> .....	108
Exemplos de dano moral <i>in re ipsa</i> .....	108
Negativa indevida.....	108
Inscrição indevida no Sistema Central de Risco de Crédito (SCR) .....	108
Manutenção do nome do consumidor em cadastros de inadimplentes .....	108
Protesto indevido .....	108
Responsabilidade bancária por fraude de terceiros .....	108
Retenção da totalidade do salário depositado em conta corrente .....	109
Saques irregulares efetuados em conta corrente .....	109
Compensação de cheques fraudados.....	109
Recusa indevida de cheques por falta de provisão de fundos.....	109
Atraso de voo .....	109
Extravio de bagagem.....	109
<i>Overbooking</i> .....	109
Diploma não reconhecido pelo MEC .....	109
Inclusão indevida de nomes de médicos em guia orientador de plano de saúde .....	109
Anúncio em lista telefônica com informação equivocada.....	109
Injusta recusa de cobertura securitária médica.....	109
Negativa de cobertura de exame pelo plano de saúde.....	109

Illegalidade de cobrança e corte de fornecimento de água.....	109
Roubo sofrido em estacionamento de supermercado.....	109
Responsabilidade civil dos Correios por extravio de carta registrada.....	109
Função punitiva-compensatória.....	109
Função preventiva.....	110
Crítérios para aferição do <i>quantum</i> .....	110
Razoabilidade no quantum indenizatório.....	110
Método bifásico.....	110
Possibilidade de pedido genérico do dano moral.....	111
Impossibilidade de revisão do valor do dano moral em Recurso Especial – Súmula 7/STJ.....	111
Súmulas do STJ.....	112
Súmula 420 do STJ.....	112
Súmula 402 do STJ.....	112
Súmula 388 do STJ.....	112
Súmula 387 do STJ.....	112
Súmula 385 do STJ.....	112
Súmula 370 do STJ.....	112
Súmula 362 do STJ.....	112
Súmula 326 do STJ.....	112
Súmula 281 do STJ.....	112
Súmula 227 do STJ.....	112
Súmula 37 do STJ.....	112
Dano moral coletivo.....	112
O ponto chave para a aceitação do chamado dano moral coletivo está na ampliação de seu conceito.....	113
Aplicação do dano moral coletivo pelo STJ.....	113
É cabível a condenação de dano moral coletivo em sede de ação civil pública.....	113
Não é qualquer infortúnio que caberá dano moral coletivo.....	114
Dano moral coletivo. Necessidade de subir 23 degraus em agência bancária para acesso à caixa convencional. Atendimento prioritário a idosos, gestantes, deficientes físicos e pessoas com dificuldade de locomoção.....	114
Dano moral coletivo. Jogos de azar, bingos, caça-níqueis e afins.....	115

Dano moral coletivo. Interrupção de fornecimento de energia elétrica.....	115
Dano moral coletivo em direitos individuais homogêneos. Pílula de farinha Microvlar..	116
Dano moral coletivo. Venda casada. Oferecimento de linha telefônica com tarifas mais interessantes condicionada a aquisição do aparelho de telefone.....	116
Dano moral coletivo. Oferecimento de plano de telefonia sem alertar os consumidores acerca das limitações ao uso na referida adesão.....	116
Dano moral coletivo. Publicidade abusiva de cigarro para o público infanto-juvenil	117
Dano moral coletivo. Ineficiência dos serviços de call center da concessionária de telefonia .....	118
Dano moral coletivo. Confecção dos contratos bancários em método braile para os deficientes visuais.....	118
Dano moral coletivo. Serviços de telefonia cobrados e não solicitados .....	119
Dano moral coletivo. Comercialização de leite com vício de qualidade.....	119
Condenação em dano moral coletivo como meio de dar efetividade aos postulados do CDC .....	120
Dano moral coletivo. Publicidade enganosa envolvendo o fornecimento de acesso à internet por operadora de telefonia móvel.....	120
Não admitindo o dano moral coletivo.....	121
Não caracteriza dano moral coletivo a mera infringência à lei ou ao contrato. O reconhecimento da abusividade de cláusula contratual que exclui a cobertura de prótese em contratos anteriores à Lei 9.656/98 não gera dano moral coletivo.....	121
Dano moral. Recusa injustificada de cobertura de tratamento prescrito por médico	122
Dano moral. Negativa injustificada de cobertura de tratamento de saúde. Cirurgia bariátrica.....	122
Dano Moral. Negativa de cobertura de materiais indispensáveis ao melhor desempenho de procedimento cirúrgico .....	122
Dano moral. Recusa de custeio de exame Esclerose Múltipla Perfil Fleury .....	122
Dano moral. Negativa de cobertura de exame (Pet Scan) .....	122
Dano moral. Negativa de tratamento domiciliar. Câncer de pulmão .....	123
Dano moral. Negativa de cobertura relativa a stent.....	123
Dano moral. Erro médico em cirurgia plástica embelezadora.....	123
Dano moral. Paciente que teve três exames de HIV com falso resultado positivo.....	124
Paciente que descobriu por acaso ter AIDS não tem direito a dano moral.....	124
Indevida indenização por danos morais por falta de notificação de exame positivo para HIV por doador de sangue que forneceu endereço errado.....	125
Dano moral. Utilização pela farmácia de injeção usada.....	126

Dano moral. Apresentação antecipada de cheque caução pelo hospital.....	126
Dano Moral. Recusa de internação em UTI.....	126
Dano moral. Dependência adquirida de remédio que era livremente vendido nas farmácias e que depois teve restrição para casos de depressão.....	126
Descredenciamento de clínica médica sem prévia comunicação ao consumidor.....	127
Dano moral. Aplicação de vacina vencida .....	127
Dano moral. Atraso na entrega de imóvel.....	128
Dano moral. Desocupação compulsória da residência e concreto risco de vida ocasionados por expressivo vazamento de gás.....	128
Dano moral. Entrega de imóvel sem vista para o mar.....	129
Dano moral. Responsabilidade bancária por fraude de terceiros. Extravio de talonário de cheques .....	130
Dano moral. Saque em conta corrente por terceiros .....	130
Dano moral. Retenção da totalidade do salário depositado em conta corrente.....	130
Dano moral. Saques irregulares efetuados em conta corrente .....	130
Dano moral. Compensação de cheques fraudados.....	130
Dano moral. Recusa indevida de cheques por falta de provisão de fundos.....	131
Dano moral. Ilicitude no ato de reter salário para pagamento de cheque especial ...	131
Dano moral. Travamento de porta giratória.....	131
Dano moral. Má-gestão de fundo de investimento.....	131
Fila em banco. O simples excesso do tempo permitido na legislação não é suficiente para o dano moral.....	132
Simplex remessa de fatura de cartão de crédito para a residência do consumidor com cobrança indevida. Não configuração do dano moral <i>in re ipsa</i> .....	132
Não configura dano moral o bloqueio do cartão de crédito por falta de pagamento e o desbloqueio somente após o terceiro dia útil após o pagamento pelo consumidor ...	132
Dano moral. Cartão de Crédito. Cancelamento indevido.....	133
Dano moral. Envio de cartão de crédito não solicitado pelo consumidor com cobranças de faturas de anuidade .....	133
Cartão de crédito não solicitado. Prática abusiva que dá ensejo a dano moral.Súmula 532 do STJ .....	133
Dano moral. Extravio de mercadoria/bagagem.....	133
Dano moral. Atraso de voo .....	134
Dano moral. <i>Overbooking</i> .....	134

Negativa de embarque de menor. Observância dos requisitos legais. Negativa de dano moral.....	134
Dano moral. Desembarque de menor desacompanhado em cidade errada .....	134
Dano moral. Falta de informação da empresa de turismo sobre a necessidade de obtenção do visto .....	135
Atraso na viagem por ter a cia aérea encaminhado o passageiro para setor médico. Não configuração de dano moral .....	135
Dano moral. Revista de mala da consumidora. Constrangimento em abordagem.....	135
Perda de voo por consumidor chamado pelo sistema de som do aeroporto. Ausência de defeito na prestação de serviço .....	135
Perda de voo por antecipação do horário de partida sem aviso prévio .....	136
Dano moral. Má prestação de serviços por agência de viagens.....	136
Dano moral. Morte de passageiro durante viagem aérea.....	136
AIRBNB. Site de reserva de apartamentos.....	136
Vício em automóvel não gera indenização automática por dano moral .....	137
O <i>Recall</i> não gera por si só dano moral.....	137
Veículo novo com defeito. Mero aborrecimento. Não há danos morais .....	137
Dano moral. Acidente de veículo ocasionada por objeto sobre a pista com pedágio	138
O indevido acionamento do <i>air bag</i> não gera dano moral.....	138
Dano moral. Defeito na mangueira de alimentação do combustível podendo causar incêndio .....	139
Dano moral. Concessionária que condiciona a entrega de veículo ao consumidor à desistência de demanda judicial proposta por este .....	139
Dano moral. Demora excessiva no conserto de veículo.....	139
Demora excessiva no conserto de veículo por ausência de peças de reposição. Dano moral .....	139
Dano moral. Provedor de compartilhamento de vídeos. Fiscalização prévia de conteúdo ofensivo .....	140
Dano moral. Mensagens de e-mail com conteúdo ofensivo não constitui risco inerente à atividade dos provedores.....	141
Dano moral. Provedores de internet que após notificados não retiraram o conteúdo ofensivo da página da rede social.....	141
Não há dano moral por envio de spam erótico a internauta .....	141
Dano moral. Produto adquirido pela internet e não entregue à consumidora.....	142
Dano moral. Mercado Livre. Aquisição de câmera digital que não foi entregue ao consumidor.) .....	142

Mercado Livre. Não responsabilização pelo atraso na entrega de produto adquirido pela internet. Mero aborrecimento .....	142
Dano moral. Basta a inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito.....	143
Se o consumidor possui negativação anterior, não cabe dano moral por uma nova inscrição indevida. O consumidor somente terá direito ao cancelamento da inscrição indevida Súmula nº 385 do STJ.....	143
Dano moral. Inscrição indevida no Sistema Central de Risco de Crédito (SCR) .....	143
Dano moral. Ausência de comunicação ao consumidor sobre a negativação.....	143
Dano moral. Inscrição no CCF. Obrigação de manter saldo em conta somente no período do prazo de apresentação.....	144
Dano moral. Manutenção do nome do consumidor em cadastros de inadimplentes	144
Dano moral. Protesto indevido .....	144
Instalação de linha não solicitada. Falta de cautela por parte da prestadora .....	144
Fatura de serviço telefônico não enviada. Inclusão do nome do consumidor em cadastro de inadimplentes. Negligência da prestadora .....	145
O simples erro no valor da inscrição não gera danos morais.....	145
Negativação em decorrência de ação de execução indevidamente ajuizada. Só há dano moral se comprovada má-fé .....	145
Se a dívida já foi reconhecida como inexistente, o envio de carta ameaçando a inscrição gera danos morais.....	145
Presença de corpo estranho nos alimentos. Se não houve consumo do produto, não cabe dano moral.....	146
Preservativo encontrado em lata de extrato de tomate.....	147
Dano moral. Produto impróprio para o consumo. Leite talhado .....	148
Dano moral. Não há dano moral por produto com larvas consumido após data de validade.....	148
Curso superior não reconhecido pelo MEC. Não há dano moral quando informado previamente o consumidor sobre a falta de reconhecimento.....	148
Dano moral. Publicidade enganosa. Venda de rede hoteleira sem autorização para funcionamento.....	149
Dano moral. Ilegalidade de cobrança e corte de fornecimento de água .....	150
Dano moral. Responsabilidade civil dos Correios por extravio de carta registrada ...	150
Não há falha dos correios se a entrega do produto depende de desembarço aduaneiro pelo comprador.....	151
Dano moral. Existência de cadáver em avançado estágio de decomposição no reservatório do qual a concessionária de serviço público extrai a água fornecida à população .....	151

Dano moral por morte causada por corte no fornecimento de energia elétrica .....	152
Dano moral. Pessoa jurídica .....	152
Dano moral a pessoa jurídica exige prova .....	152
Dano moral. Soar falso de alarme antifurto .....	152
Dano moral. Inclusão indevida de nomes de médicos em guia orientador de plano de saúde .....	153
Dano moral. Anúncio em lista telefônica com informação equivocada .....	153
Dano moral. Consumidor hipervulnerável. Assinatura de revistas não solicitadas com lançamento indevido de débito no cartão de crédito do consumidor .....	153
Dano moral. Roubo sofrido em estacionamento de supermercado .....	153
Dano moral. Não gera dano moral a torcedor o erro não intencional de arbitragem em partida de futebol .....	154
Dano moral. Morte em micareta .....	154
O simples inadimplemento contratual não gera, em regra, danos morais .....	154
Dano moral. Tumulto em estádio de futebol. Venda excessiva de ingressos aos torcedores do time adversário .....	154
Dano moral. Privação de uso de eletrodoméstico (máquina de lavar-roupas) por longo período .....	155
Pulseira de relógio que deixou de ser fabricada e prazo razoável entre a aquisição e a retirada do mercado. Não cabimento de danos morais .....	155
AliExpress é parte legítima para responder por dano moral em razão de produto não entregue ao consumidor .....	155
O simples descumprimento da oferta não causa dano moral .....	156
Indenização pela perda do tempo livre (tempo útil) .....	156
Perda do tempo livre. Demora na substituição de modem pela operadora de serviço de internet .....	156
Perda do tempo útil. Inadimplemento contratual. Consumidores impedidos de assistir à partida de futebol .....	157
Perda do tempo útil. Cobrança indevida não solucionada na esfera administrativa ..	157
Perda do tempo útil. Demora na solução extrajudicial de demanda de consumo. Necessidade de propositura de ação judicial .....	157
Perda do tempo útil. Interrupção do serviço de telefone e internet. Reclamação não solucionada na via administrativa .....	158
Perda do tempo útil. Compra pela internet. Atraso na coleta de produto defeituoso e posterior liberação do crédito em favor do consumidor .....	158
Perda do tempo livre. Ausência de solução extrajudicial de cobrança indevida .....	159



Perda do tempo útil. Ausência de entrega de mercadoria devidamente paga.....	159
Perda do tempo útil. Geladeira que apresenta vício.....	159
Perda do tempo útil. Falha no sistema informatizado de instituição bancária.....	159
Perda do tempo útil e desvio produtivo do consumidor. Espera em fila de banco por tempo superior ao estabelecido em lei local.....	160
Perda do tempo útil. Demora no envio de boleto ao consumidor para quitação de débito.....	160
Perda do tempo livre. Espera excessiva em diversas filas em agência de atendimento de concessionária de energia elétrica.....	161
Perda do tempo livre. Espera por mais de 4 horas em fila de banco.....	161
Perda do tempo livre. Demora excessiva em efetuar troca do aparelho.....	162
Perda do tempo livre. Demora injustificada de reparo em vício na televisão.....	162
Perda do tempo livre. Cobrança indevida não corrigida em tempo hábil e em razão da qual o consumidor necessitou ir a juízo para exclusão.....	162
Desvio produtivo do consumidor.....	163
Desvio Produtivo do consumidor. Cobrança indevida.....	163
Desvio produtivo do consumidor. Frustração na entrega de presente.....	163
Desvio produtivo do consumidor. Cartão de crédito. Resistência injustificada da administradora para cancelar cobrança indevida.....	163
Desvio produtivo do consumidor. Vício do produto. Demora no conserto de <i>tablet</i> .....	164
Desvio produtivo do consumidor. Espera por tempo excessivo em fila de banco.....	164
Desvio produtivo do consumidor. Cobertura de plano de saúde. Necessidade de vários telefonemas para tentativa de solução da demanda.....	165
Desvio produtivo do consumidor. Consumidor que foi privado do uso de telefone celular por mais de 6 meses.....	165
Desvio produtivo do consumidor. TV a cabo. Perda do tempo para cancelamento de cobrança indevida.....	166
Incabível reclamação contra fixação de dano moral pelo juizado que segue parâmetros do STJ.....	166
Sobre dano moral, ver art. 6º, VI.....	167
Tutela coletiva como meio eficaz de proteção à sociedade.....	167
Acesso à Justiça como direito básico do consumidor.....	167
Acesso à Justiça. A execução individual em demanda coletiva pode se feita no foro da comarca de seu domicílio.....	167
Inversão do ônus da prova. Busca do equilíbrio processual.....	167

Inversão visa o equilíbrio processual. Não pode causar indevida vantagem para dor	81
Distribuição dinâmica do ônus da prova no CDC e no CPC/15.....	168
Possibilidade de aplicação da distribuição dinâmica em qualquer ação mesmo antes da entrada em vigor do Novo CPC.....	168
A inversão do ônus da prova não pode se dar em prejuízo do consumidor. Não há como presumir a má-fé do consumidor em fraudar o medidor.....	169
Não cabe inversão do ônus da prova se o autor consumidor puder realizar a prova facilmente .....	169
Vulnerabilidade X Hipossuficiência.....	169
Hipossuficiente. Conceito .....	169
Necessidade da verossimilhança ou da hipossuficiência.....	170
A inversão do ônus da prova não é automática. Inversão <i>ope judicis</i> .....	170
Inversão do ônus da prova no direito ambiental.....	170
Demonstração de fato impeditivo, modificativo ou extintivo. Não ocorrência da inversão .....	172
Não faz sentido discutir a possibilidade ou impossibilidade de inversão do ônus da prova se não houve o <i>non liquet</i> .....	172
Ministério Público. Inversão do ônus da prova .....	172
Ações coletivas. Possibilidade da inversão do ônus da prova.....	172
Exibição de extratos. Inversão .....	173
Inversão do ônus da prova. Análise pelas instâncias ordinárias. Vedação de análise em sede de Recurso Especial.....	173
Saques não autorizados na conta do consumidor. Inversão do ônus da prova.....	173
Consumidor deve demonstrar indícios mínimos. Impossibilidade de inversão do ônus da prova .....	173
Inversão <i>ope legis</i> e <i>ope judicis</i> .....	174
Inversão do ônus da prova <i>ope legis</i> . Defeito em <i>ar bag</i> do veículo .....	174
Prova pericial na assistência judiciária gratuita. A inversão do ônus da prova não tem o condão de obrigar a produção de provas requeridas pelo autor. No entanto, sofre o fornecedor os efeitos de sua não produção.....	175
Prova dos fatos negativos .....	175
Regra de procedimento X Regra de julgamento .....	175
A inversão do ônus da prova como regra de julgamento .....	175
A inversão do ônus da prova como regra de procedimento (instrução) .....	176
Regra de procedimento e o novo CPC.....	177

Cirurgia para fins estéticos. Obrigação de resultado. Inversão do ônus da prova.....	177
Tratamento ortodôntico. Obrigação de resultado. Inversão do ônus da prova .....	177
A responsabilidade subjetiva do médico não exclui a possibilidade de inversão do ônus da prova .....	177
Não é cabível a inversão do ônus da prova em demanda judicial que tenha por objeto contrato do Sistema Financeiro de Habitação, com cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais.....	178
Ônus da prova do organizador do bingo demonstrar quais foram os números sorteados .....	178
Inversão do ônus da prova para o fabricante provar que não foi o responsável pelo dano.....	178
Inversão do ônus da prova. Demora no conserto de veículo por concessionária .....	178
Com relação aos serviços públicos, ver art. 22 .....	178
Prestação inadequada dos serviços públicos afeta a confiança do consumidor.....	178
Objetiva o novo Estatuto garantir à pessoa com deficiência que efetivamente tenha acesso às informações constantes nos produtos e serviços.....	179
Vulnerabilidade do acesso do consumidor.....	179

## Art. 7º

Integração com outras normas.....	180
Diálogo das fontes .....	180
Aplicação mais favorável ao consumidor. Diálogo das fontes .....	180
Integração entre CC e CDC.....	180
Integração entre o CDC, a lei dos planos de saúde (lei nº 9.656/1998) e o Estatuto do Idoso (lei nº 10.741/2003), de modo a evitar o aumento abusivo de mensalidades.....	180
Diálogo das fontes. Microssistema Processual Coletivo .....	181
Convivência entre o regramento do sistema financeiro e o CDC.....	181
Decreto 2.681/12 x CDC. Conflito Aparente de normas. Persiste aplicação da Súmula 187/STF .....	181
Convenção de Varsóvia X CDC. Nas relações de consumo, prioriza o CDC.....	181
Código Brasileiro de Aeronáutica X CDC. Nas relações de consumo, prioriza o CDC .....	182
Lei nº 6.024/74 (liquidação extrajudicial de instituições financeiras) X CDC .....	182
Lei 8.245/91 x CDC. Contrato de locação administrado por imobiliária.....	182
Julgar equidade nas relações de consumo.....	182

Sobre a responsabilidade solidária envolvendo prepostos e representantes autônomos, ver art. 34 .....	183
Princípio da solidariedade. Parágrafo único do art. 7º .....	183
O consumidor poderá escolher o fornecedor para incluir no polo passivo .....	183
Os integrantes da cadeia de fornecedores não podem alegar que o dano foi gerado por culpa exclusiva de um dos seus integrantes .....	183
Protesto indevido de cheques. Responsabilidade solidária da instituição financeira ..	183
Responsabilidade solidária entre médicos e hospitais por erro médico .....	183
Responsabilidade solidária das Unimed`s .....	184
Responsabilidade solidária do plano de saúde e dos médicos e hospitais próprios e credenciados.....	184
Responsabilidade solidária entre seguradora e corretores de seguros pela cobertura securitária. ( <i>sobre a responsabilidade solidária de prepostos e representantes autônomos, ver art. 34</i> ) .....	185
Responsabilidade solidária da Cooperativa e do médico cooperativado.....	185
Responsabilidade solidária da agência de turismo que comercializa pacote de viagens ...	185
Agência de turismo que revende pacotes oferecidos por outra operadora responde por cancelamento de viagem .....	186
Operadora de turismo responde pelas más condições da hospedagem incluída no pacote que comercializa.....	186
Solidariedade reconhecida entre cia. Aérea e “Decolar.com” .....	187
Solidariedade entre agência de intercâmbio e empresa estrangeira que seleciona trabalhadores .....	187
Operadora de turismo por falhas na recepção em aeroporto, traslado e passeios contratados no pacote turístico .....	187
Pacote turístico. Responsabilidade solidária da operadora e da seguradora.....	188
Atraso de voo. Responsabilidade solidária.....	188
Defeito em aparelho celular. Responsabilidade solidária entre fabricante e operadora .....	189
Responsabilidade solidária do fabricante e concessionária por veículo novo adquirido com problemas no funcionamento .....	189
Responsabilidade solidária da seguradora por conserto realizado por oficina credenciada .....	189
Responsabilidade solidária da montadora e da concessionária pela entrega do veículo zero .....	190
Fundos de investimento. Responsabilidade solidária .....	190
Responsabilidade solidária. Empresa de seguros vinculada a instituição financeira...	191

Veículo novo defeituoso. Responsabilidade solidária da instituição financeira (banco da montadora) e da concessionária.) .....	191
Financiamento de veículos. A instituição financeira responde solidariamente por fraude praticada pela revendedora de veículos que aliena o mesmo bem para pessoas distintas .....	192
Responsabilidade solidária entre o agente financeiro e a construtora por vícios de construção no SFH .....	192
A franqueadora pode ser solidariamente responsabilizada pelos danos causados pela franqueada aos consumidores.....	192
Implante derótese peniana. Responsabilidade solidária do importador .....	193
Anúncio erótico falso publicado em sites de classificados na internet. Responsabilidade de todos da cadeia de consumo .....	193
Uso do cartão de crédito por terceiro não autorizado pelo consumidor. Responsabilidade solidária de toda cadeia de fornecedores (proprietárias das bandeiras, adquirentes e estabelecimentos comerciais) .....	194
Sobre dano moral envolvendo administradoras de cartões de crédito, ver art. 6º, VI .....	194
Responsabilidade solidaria das entidades organizadoras com os clubes e seus dirigentes pelos danos causados a torcedor .....	194
Responsabilidade solidária de canal televisivo pela falta de entrega de produto. Publicidade veiculada através dos próprios apresentadores do canal SBT .....	195
Não admitindo a responsabilidade solidária da administradora de cartão de crédito no comércio eletrônico: Produto não entregue ao consumidor. Inexistência de solidariedade entre a loja virtual e a administradora de cartão de crédito .....	195
Responsabilidade solidária. Bandeiras/marcas de cartão de crédito e bancos e administradoras de cartões de crédito .....	196
Responsabilidade solidária do site de buscas Buscapé.....	196
Responsabilidade solidária entre engenheiro e construtora por desmoronamento de estrutura metálica em obra .....	196
UBER. Responsabilidade solidária da empresa e do motorista.....	197
Canal de TV que veicula publicidade de produto fraudulento. Responsabilidade solidária .....	197
Responsabilidade solidária entre as diversas entidades que compõem o cadastro nacional de serviço de proteção ao crédito. Dever de notificação.....	197
Vício oculto em veículo zero quilômetro. Responsabilidade solidária do fabricante..	197
Contratos imobiliários. Todas as sociedades empresárias que participam da negociação do imóvel são solidariamente responsáveis pela restituição das parcelas pagas e da comissão de corretagem.....	198

A sociedade empresária administradora de plano de saúde não responde solidariamente com a operadora do plano, por expressa proibição, prevista em norma da ANS, de atuar como representante, mandatária ou prestadora de serviço desta.....	198
Planos de saúde. Responsabilidade solidária entre sociedades empresárias que operam e administram o plano em razão da negativa de cobertura de procedimento de angioplastia e custeio de <i>stent</i> .....	199
Móveis planejados. A fabricante e a sociedade empresária parceira que comercializa e instala o mobiliário respondem solidariamente pela ausência de entrega dos produtos.....	199
Serviços funerários. Responsabilidade solidária entre sociedade empresária proprietária de cemitério, concessionária que comercializa jazigos e prestadora de serviços funerários .....	199
Compra e venda de veículos. A fabricante responde civilmente pela ausência de entrega de automóvel em caso de falência da distribuidora.....	200
Responsabilidade solidária entre concessionária e importadora de veículos pela ausência de peças de reposição .....	200

## Art. 8º

Enunciado nº 2 aprovado no dia 15/07/2017, em Porto Alegre, na reunião da Comissão de professores de Direito do Consumidor do Brasilcon.....	200
Risco inerente.“Normais e previsíveis” .....	200
O direito só atua quando a insegurança ultrapassa o patamar da normalidade e da previsibilidade do risco.....	201
Normalidade e previsibilidade são as características do risco inerente, pelo qual não responde o fornecedor por não ser defeituoso.....	201
Dever de informar no risco notório.....	201
A análise do conteúdo das expressões “normais” e “previsíveis” gravita em torno da adequabilidade das informações .....	201
A lei não exige que o produto ofereça uma segurança absoluta.....	201
Risco Inerente. Não basta a mera informação genérica da possibilidade de danos....	202
Cigarro. Periculosidade inerente .....	202
A informação sobre os riscos deve considerar o homem médio, consumidor padrão do serviço.....	202
Periculosidade adquirida .....	202
Explosão de garrafa de refrigerante gaseificada. Periculosidade adquirida.....	202
Periculosidade exagerada.....	203

Produto colocado no mercado com finalidade do desentupimento de pias e ralos domésticos que provoca intensa queimadura química. Periculosidade exagerada .....	203
Sobre o dever de informar sobre os riscos dos produtos e serviços, ver art. 6º, III...	203
Informação sobre os riscos e devida utilização.....	203
Informação sobre risco de medicamento .....	203
Informação da presença de glúten nos rótulos para os consumidores celíacos.....	203

## Art. 9º

Informação ostensiva e adequada .....	204
Informação adequada e clara sobre o produto e sobre os riscos que apresenta.....	204
A intensidade do dever de informar dependerá da notoriedade do risco e da ignorância do consumidor .....	204
Informação nas propagandas de bebidas alcóolicas .....	204
Cosmético capilar. Não basta a mera informação genérica da possibilidade de danos .....	205

## Art. 10.

Proibição de produto ou serviço com alto grau de nocividade ou periculosidade .....	205
Utilização dos princípios da prevenção e da precaução .....	205
Dispensa administrativa de registro. Perigo de lesão à saúde pública .....	206
<i>Recall</i> .....	206
A Portaria nº 487, março de 2012.....	206
Princípio da prevenção no <i>recall</i> .....	206
O <i>recall</i> não pode ser confundido com sanção.....	206
Possibilidade de aplicação de sanção administrativa para o fornecedor que procede ao <i>recall</i> .....	207
Importância da comunicação aos consumidores e às autoridades competentes.....	207
A obrigação de comunicação imediata ao consumidor não significa que deva conter todas as previsões pormenorizadas do planejamento e da forma de realização do <i>recall</i> .....	207
O <i>recall</i> como instrumento de <i>marketing</i> .....	208
A prática do <i>recall</i> não exige o fornecedor de responsabilidade.....	208
Possibilidade de redução do <i>quantum</i> indenizatório em caso de não atendimento do <i>recall</i> pelo consumidor.....	208
<i>Recall</i> . Reconhecimento do defeito pelo fornecedor .....	209

O chamamento de veículo em “recall” não gera, por si só, danos morais.....	209
A realização do <i>recall</i> pelo fornecedor não o exime do ressarcimento civil das perdas e danos.....	209
<i>Recall</i> ambiental.....	209
Utilização de todos os meios de comunicação disponíveis.....	210
Dever de informação.....	210

## Art. 11. (Vetado)

## Art. 12.

Responsabilidade pelo fato do produto .....	211
Responsabilidade pelo fato X Responsabilidade por vício .....	211
O Código de Defesa do Consumidor estabelece dois regimes jurídicos para a responsabilidade civil do fornecedor.....	211
Sobre a possibilidade de o consumidor exercer pretensão com base no vício e no fato ao mesmo tempo, verificar art. 18, <i>caput</i> .....	212
Fato do produto .....	212
Teoria unitária da responsabilidade no CDC.....	212
Vício e defeito. Diferenciação pela doutrina.....	213
Defeitos de produção .....	213
Sobre condenações envolvendo dano moral, verificar art. 6º, VI.....	213
Prazo de validade. Intoxicação de bebê de apenas três meses por produto alimentício vencido .....	214
Produto vendido com data de validade vencida. Intoxicação alimentar .....	214
Não há dano moral por produto com larvas consumido após data de validade.....	214
Sobre a condenação em dano moral por aquisição e/ou consumo de produto com corpo estranho (ex: insetos em alimentos), verificar art. 6º, VI.....	214
No sentido de que se o consumidor não consumiu o produto contendo corpo estranho, não configura “fato do produto” e sim “vício do produto.” .....	214
Tintura para cabelos. Queda de cabelos anormal.....	215
Pílula anticoncepcional inerte. A responsabilidade do fabricante não está condicionada à introdução voluntária do produto no mercado .....	215
Defeito na quantidade do anticoncepcional gerando gravidez na consumidora .....	215
Veículo que se incendiou enquanto era conduzido pelo consumidor .....	215



Acidente de veículo por peça defeituosa. Desprendimento da banda de rodagem do pneu.....	216
Defeito mecânico na suspensão do veículo .....	216
Defeito no pneu do veículo .....	216
Quebra do banco do motorista .....	216
Fabricante de sabão em pó deve indenizar consumidora que teve reação alérgica grave ao utilizar o produto por falha na informação.....	217
<i>Air bag</i> . Indevido acionamento. Indenização pelos danos materiais.....	217
Não acionamento do <i>air bag</i> em acidente automobilístico .....	217
Quando o vício for grave a ponto de repercutir sobre o patrimônio material ou moral do consumidor, a hipótese será de responsabilidade pelo fato do produto.....	218
Danos decorrentes do uso do cigarro. Fato do produto.....	219
Defensivo agrícola ineficaz causando prejuízo na safra.....	219
Ineficácia de herbicida .....	219
Cegueira causada por tampa de refrigerante quando da abertura da garrafa.....	219
Explosão de loja de fogos de artifício .....	220
Explosão de botijão de gás.....	220
Venda de motocicleta com adulteração no chassi .....	220
Dano causado na abertura da lata de tomate por falta de informação .....	220
Interpretação do § 1º do art. 12.....	221
Necessária a fixação de uma época para a avaliação da correspondência da segurança oferecida pelo produto com aquela exigida pela sociedade naquele instante .....	221
No sentido de que o inciso III não prevê o risco do desenvolvimento.....	221
Sobre o risco do desenvolvimento e sua possibilidade como excludente de responsabilidade, ver § 3º do art. 12.....	222
Para verificação do defeito do produto deverá ser demonstrado sua impropriedade capaz de ocasionar um acidente de consumo .....	222
O § 2º deve ser entendido como uma defluência do critério estabelecido no art. 12, § 1.º, III, do CDC.....	222
Risco da atividade e não risco integral.....	222
Ônus do fornecedor de provar as excludentes .....	223
Caso fortuito e força maior. Não admissibilidade como excludente.....	223
Caso fortuito e força maior e o Código Civil.....	223
Fortuito interno e fortuito externo. Diferenças e causas de exclusão de responsabilidade.....	223

Fortuito interno. Roubo de talonário durante transporte .....	224
Fortuito interno Responsabilidade civil das instituições bancárias. Fraude praticada por terceiros.....	224
Súmula 479/STJ.....	224
Sucessão de saques indevidos em conta corrente. Incumbe ao banco demonstrar a inexistência de fraude .....	224
Fortuito interno. Fraude praticada por terceiro. Inscrição do nome do consumidor em cadastro restritivo de crédito .....	225
Fortuito interno. Transporte coletivo. Assalto à bilheteria de metrô .....	225
Fortuito interno. Consumidor atingido por projétil de arma de fogo no momento em que ocorreu tentativa de roubo de malotes de dinheiro retirados em frente à agência bancária.....	225
Fortuito interno. Roubo no interior de estacionamento de veículos de agência bancária.....	227
Fortuito interno. Assalto à mão armada em estacionamento privado.....	227
Fortuito interno. Acidente ocorrido com aluno em excursão da escola .....	228
Fortuito interno. Atraso de voo. Pernoite do passageiro em aeroporto .....	228
Fortuito interno. Atraso de voo superior a 4 horas. Ausência de assistência ao passageiro .....	228
Fortuito interno. Atraso de voo ocasionado por tráfego aéreo intenso.....	229
Fortuito interno. Atraso de voo. Manutenção não programada de aeronave.....	230
Fortuito interno. Cancelamento de voo atribuído a condições meteorológicas.....	230
Fortuito interno. Cancelamento de voo. Aeronave atingida por pássaro .....	232
Fortuito interno. Atraso de voo e perda de conexão. Readequação da malha aérea..	232
Fortuito interno. Atraso de voo ocasionado por greve de funcionários da cia. aérea	233
Fortuito interno. Problema hidráulico da aeronave. Não presente requisitos de imprevisibilidade e inevitabilidade .....	234
Fortuito interno. Assalto em agência dos Correios. Banco Postal. Risco próprio das instituições financeiras .....	234
Fortuito interno. Roubo de mercadorias nos Correios.....	235
Fortuito interno. Devolução indevida de cheque.....	236
Fortuito interno. Atraso na entrega de imóvel relacionada a questões próprias do mercado imobiliário .....	236
Fortuito interno. Atraso na entrega de imóvel relacionado a existência de chuvas fortes habituais e corriqueiras.....	237

Fortuito externo. Disparo de arma de fogo em direção a shopping center. Excludente de responsabilidade.....	237
Fortuito externo. Roubo ocorrido em posto de combustíveis.....	237
Fortuito externo. O roubo à mão armada exclui a responsabilidade de quem explora o serviço de estacionamento particular de veículos.....	238
Fortuito externo. Assalto em via pública após saída de agência bancária.....	239
Fortuito externo. Assalto ocorrido em concessionária de veículos.....	239
Fortuito externo. Furto de notebook ocorrido no interior de ônibus.....	240
Fortuito externo. Vítima morta após agressão no interior de estabelecimento empresarial.....	241
Fortuito externo. Agressão a passageiro no interior de transporte coletivo.....	241
Fortuito externo. Passageiro atingido por pedra arremessada de fora do veículo.....	241
Fortuito externo. Alteração de itinerário de cruzeiro marítimo em razão de greve de pescadores.....	242
Risco do desenvolvimento.....	243
Se o produto não foi inserido no mercado, não há como imputar responsabilidade ao fornecedor.....	244
No sentido de que se o produto foi furtado ou roubado do fornecedor e inserido no mercado, excluiria a responsabilidade.....	244
Amostra grátis e produtos destinados à experimentação foram inseridos no mercado....	244
O consumidor somente terá que demonstrar o dano ocorrido e o nexo causal com o produto adquirido.....	244
Hipótese de inversão do ônus da prova <i>ope legis</i> . O ônus da prova do defeito é do fornecedor.....	245
Defeito em contraceptivo. Inversão <i>donus</i> da prova <i>ope legis</i> .....	245
Defeito em <i>air bag</i> do veículo. Inversão do ônus da prova <i>ope legis</i> .....	245
Culpa exclusiva do consumidor.....	246
Culpa exclusiva do consumidor. Inobservância das orientações contidas em bula de alisante capilar.....	246
Culpa exclusiva do consumidor. Transporte rodoviário. Embarque em horário diverso do previsto na passagem.....	246
Culpa exclusiva do consumidor. Alegação de vício do produto. Adulteração de óleo de motor pelo consumidor.....	246
Culpa exclusiva do consumidor. Transporte aéreo. Objetos de valor colocados em bagagem despachada ao invés da bagagem de mão.....	247

Culpa exclusiva do consumidor. Lesões ocorridas durante a prática de <i>rafting</i> que não estava incluído em pacote turístico contratado.....	247
Culpa exclusiva do consumidor. Afogamento em cachoeira após mergulho que não estava previsto durante a prática de rapel.....	248
Culpa exclusiva do consumidor. Bolsa furtada enquanto passageira vai ao banheiro	248
Culpa exclusiva do consumidor. Descuido em relação à senha bancária. Saques realizados por terceiros .....	248
Culpa exclusiva do consumidor. Passageiro que se atrasa para o embarque em aeronave.....	249
Culpa exclusiva do consumidor. Alergia a tintura para cabelo. Não observância de informações contidas em bula do produto pela consumidora .....	249
Culpa exclusiva do consumidor. Tropeço em obstáculo existente em estacionamento de supermercado, devidamente sinalizado e destinado à segurança do próprio consumidor.....	250
Culpa exclusiva do consumidor. Medicamento ministrado em cão de estimação sem a prescrição de profissional.....	250
Culpa exclusiva do consumidor. Acidente causado durante manuseio do televisor ...	251
Culpa exclusiva do consumidor. Passageiro deixado em parada obrigatória de ônibus....	251
Culpa exclusiva do consumidor. Demora no fornecimento de energia. Não atendimento de exigências técnicas da concessionária .....	251
Culpa exclusiva do consumidor. Cancelamento de voo. Não comparecimento do passageiro ao embarque (“no show”).....	252
Culpa exclusiva do consumidor. Irregularidade no sistema de aterramento elétrico na residência do usuário.....	252
Culpa exclusiva do consumidor. Demora na comunicação ao banco sobre extravio de cartão magnético .....	253
Culpa exclusiva do consumidor. Utilização de colchão por pessoa com peso acima do indicado pelo fabricante .....	253
Culpa exclusiva do consumidor. Furto de celular em estabelecimento comercial. Objeto deixado pela vítima em balcão de farmácia.....	253
Culpa exclusiva do consumidor. Inscrição do nome do consumidor no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF). Ausência de comunicação ao credor dos depósitos do valor devido .....	253
Culpa de terceiro (fato de terceiro).....	254
Culpa de terceiro. Somente quando for inevitável e imprevisível.....	254
Culpa exclusiva de terceiro. Gravame lançado em veículo da consumidora, decorrente de processo judicial sofrido por proprietário anterior do mesmo bem.....	254

Culpa exclusiva de terceiro. Ato de vandalismo que danifica torre de transmissão de sinal de telefonia celular .....	255
Culpa exclusiva de terceiro. Abertura de conta e emissão de cheque em nome do consumidor por terceiro que aparentava ser o titular de conta corrente.....	255
Culpa exclusiva de terceiro. Responsabilidade do banco afastada. Consumidor que fica inadimplente junto ao banco e tem seu nome inscrito em cadastros de inadimplentes em razão de orientação equivocada prestada por empresa de consultoria .....	256
Culpa exclusiva de terceiro. Roubo praticado na via pública próximo a agência de turismo.....	256
Culpa exclusiva de terceiro. Serviço de valet. Roubo praticado por terceiro, excluindo a responsabilidade civil do restaurante fornecedor do serviço do manobrista .....	256
Culpa exclusiva de terceiro não demonstrada. Inscrição indevida do nome da consumidora em cadastro restritivo de crédito por devolução de cheque fraudado.....	256
Culpa exclusiva de terceiro não demonstrada. Alteração de rota durante cruzeiro marítimo em razão de manifestação promovida por pescadores .....	257
Culpa exclusiva de terceiro não demonstrada. Acidente de ônibus causado por motorista que conversava com passageiro .....	258
Culpa exclusiva de terceiro não demonstrada. Fraude bancária que resulta na inscrição indevida do nome do consumidor em cadastro restritivo de crédito.....	258
Culpa exclusiva de terceiro não demonstrada. Cancelamento de reserva em hotel....	258
Culpa de terceiro não demonstrada. Morte causada por bala perdida em estação de trem....	259
Culpa de terceiro não demonstrada. Fornecimento de cartão de crédito a terceiro...	260
Transporte. Culpa de terceiro. STF Súmula nº 187 .....	260
É encargo do transportador a comprovação da inevitabilidade do fato de terceiro ...	260
Culpa concorrente.....	260
Culpa concorrente como fator de redução da indenização.....	260
Culpa concorrente configurada. Acidente em piscina de hotel.....	260
Culpa concorrente configurada. Atraso na entrega de imóvel ocasionada por desatenção do fornecedor e do consumidor.....	261
Culpa concorrente configurada. Consumidora que não consignou em juízo o valor que entendia devido a operadora de TV por assinatura e teve seu nome inscrito em cadastro de inadimplentes.....	261
Culpa concorrente configurada. Consumidor negligente na guarda de talonário de cheques.....	262
Culpa concorrente configurada. Consumidor que não solicita o encerramento de conta corrente e tem o nome inscrito em cadastro de inadimplente .....	262

Culpa concorrente configurada. Consumidor que autoriza pagamento de boleto por meio de transferência eletrônica em nome de terceiro.....	262
Culpa concorrente configurada. Agressões mútuas entre consumidor e funcionário de estabelecimento comercial .....	262
Culpa concorrente configurada. Consumidor que deixa de informar mudança de endereço ao banco e confia sua senha pessoal a terceiro.....	263
Culpa concorrente configurada. Acidente com paraquedas.....	263
Culpa concorrente. Morte de passageiro que viajava na escada do trem.....	264
A eventual configuração de culpa pelo comerciante por exposição de produto vendido não tem o condão de afastar a responsabilização do fabricante .....	264

### Art. 13.

A responsabilidade pelo fato do produto do comerciante é diferenciada.....	264
O comerciante tem as mesmas responsabilidades firmadas no artigo anterior e é solidariamente responsável com os agentes do art. 12 .....	265
O comerciante não é considerado “terceiro” para fins de excludente de responsabilidade.....	265
Produto vendido com prazo de validade vencido. Responsabilidade solidária do comerciante e do fabricante .....	265
No sentido de que se o dano foi causado pelo comerciante, não responderá o fabricante, produtor ou importador.....	266
A identificação facilmente do fornecedor isenta o comerciante de responsabilidade.	266
Ilegitimidade passiva <i>ad causam</i> do comerciante por fato do produto. Fabricante devidamente identificado. Presença de corpo estranho em alimento (fragmento de tecido em queijo.....	266
Ilegitimidade passiva <i>ad causam</i> do comerciante por fato do produto. Fabricante devidamente identificado. Cadeira de segurança veicular que causa dor e desconforto na criança .....	268
Ilegitimidade passiva <i>ad causam</i> do comerciante por fato do produto. Fabricante devidamente identificado. Falha no acionamento de air bag .....	268
Ilegitimidade passiva <i>ad causam</i> do comerciante por fato do produto. Fabricante devidamente identificado. Pneu de motocicleta que estoura, casando a queda do condutor .....	268
Ilegitimidade passiva <i>ad causam</i> do comerciante. Fabricante devidamente identificado. Acidente de consumo envolvendo criança que teve o dedo parcialmente amputado por corrente de bicicleta .....	269

Ilegitimidade passiva <i>ad causam</i> do comerciante. Fabricante devidamente identificado. Ausência de responsabilidade do comerciante por vício do produto (refrigerador que não funciona adequadamente).....	269
Ilegitimidade passiva <i>ad causam</i> do comerciante. Fabricante devidamente identificado. Ausência de responsabilidade do comerciante por vício do produto (fogão que apresenta sinais de ferrugem).....	269
A ausência de dados identificadores do fabricante, produtor, construtor, ou importador é apreciada no momento da propositura da ação.....	270
Após a propositura da ação contra o comerciante, pode o consumidor acionar o fabricante, o produtor, o construtor ou o importador posteriormente identificado.....	270
Responsabilidade solidária do comerciante e fabricante pelos produtos perecíveis....	270
Reconhecendo a legitimidade passiva do comerciante em razão de conservação inadequada do produto perecível (chocolate).....	271
Direito de regresso.....	271
Direito de regresso. Pode ser aplicado sempre que houver solidariedade .....	271
Direito de regresso. Possibilidade do art. 13.....	271
Vedação da denúncia da lide nas relações de consumo .....	272
Denúnciação à lide. Não se admite quando o denunciante pretende eximir-se da responsabilidade sob alegação de culpa exclusiva de terceiro .....	272
Prazo prescricional para o exercício do direito de regresso.10 anos.....	272
Prazo de 3 anos do Código Civil (206, § 3º, V). Ação de regresso do comerciante contra fabricante de automóveis .....	272

## Art. 14.

O artigo trata da responsabilidade pelo fato do serviço.....	273
Sobre condenações envolvendo dano moral, verificar art. 6º, VI.....	273
Compra realizada pela internet. Legitimidade passiva da sociedade empresária EBANX por não transferir ao vendedor o valor pago pelo consumidor na aquisição do produto .....	273
Compra realizada pela internet. Produto não entregue ao consumidor. Inexistência de solidariedade entre a loja virtual e a administradora de cartão de crédito. ( <i>sobre solidariedade, ver parágrafo único do art. 7º</i> ).....	273
Aquisição de passagem aérea pela internet. Cobrança indevida de passagem aérea cuja compra foi cancelada pelo consumidor. Responsabilidade solidária de todos os fornecedores que integram a cadeia de fornecimento ( <i>sobre solidariedade, ver parágrafo único do art. 7º</i> ).....	274
Lista de casamento em site de compras. Mercadoria entregue com atraso e com avaria.	274

Produto adquirido pela internet e não entregue à consumidora. Dano moral. ( <i>sobre dano moral, ver art. 6º</i> ) .....	274
No sentido da responsabilidade solidária do Mercado Livre: O fornecedor é responsável pela segurança das transações ocorridas no ambiente virtual, principalmente quando o consumidor agir de boa-fé.....	275
Ausência de responsabilidade do site Mercado Livre. Consumidor que ignora as orientações de segurança do site.....	276
Ausência de responsabilidade do site Mercado Livre, que atuou como simples anunciante do produto.....	276
Buscapé. Aquisição de produto pela internet. Ilegitimidade passiva do site Buscapé.	276
Orkut (Google). No sentido de responsabilizar os provedores somente quando agem com culpa, uma vez que não são obrigados a fiscalizar o conteúdo das páginas que hospedam.....	277
Facebook. Ofensas proferidas em rede social. Provedor que, devidamente notificado pelo usuário sobre conteúdo ofensivo, não o retira do ar .....	278
Envio de spam. Ausência de interesse de agir quando o consumidor tem a possibilidade de cancelar, por meios próprios, o envio de mensagem publicitária .....	278
Envio de spam. Mero aborrecimento .....	279
Não há dano moral por envio de spam erótico a internauta .....	279
Ofensas postadas em portal de notícias na internet. Responsabilização da empresa jornalística por ausência de controle de conteúdo .....	279
Sobre condenações envolvendo dano moral, verificar art. 6º, VI.....	280
Sobre responsabilidade dos hospitais e médicos, verificar art. 14. § 4º.....	280
Sobre condenações envolvendo dano moral, verificar art. 6º, VI.....	280
Responsabilidade solidária. Bandeiras/marcas de cartão de crédito e bancos e administradoras de cartões de crédito .....	280
Responsabilidade das administradoras de cartão de crédito, em parceria com o restante da cadeia de fornecedores do serviço (proprietárias das bandeiras, adquirentes e estabelecimentos comerciais), pela verificação da idoneidade das compras realizadas com cartões magnéticos, utilizando-se de meios que dificultem ou impossibilitem fraudes e transações realizadas por estranhos em nome de seus clientes” .....	280
Sobre condenações envolvendo dano moral, verificar art. 6º, VI.....	281
Responsabilidade objetiva da instituição de ensino por não credenciamento de curso de mestrado em órgão governamental .....	281
Responsabilidade objetiva. Instituição de ensino que assegura a validade de diploma de pós-graduação oferecida em parceria com universidade estrangeira .....	281
Responsabilidade objetiva da instituição de ensino por aluna baleada em campus de universidade.....	281



Responsabilidade objetiva. Acidente sofrido por aluno durante excursão.....	282
Acidente em aula de judô que deixou vítima tetraplégica.....	282
Aluno queimado durante experiência em escola.....	282
Sobre condenações envolvendo dano moral, verificar art. 6º, VI.....	282
Responsabilidade solidária da agência de turismo por negativa de cobertura de seguro saúde para viagem ao exterior ( <i>sobre solidariedade entre fornecedores, ver art. 7º</i> ).....	282
Responsabilidade solidária da agência de turismo por falhas na prestação de serviços que integram o pacote.( <i>sobre solidariedade entre fornecedores, ver art. 7º</i> ).....	283
Não responsabilização da agência de turismo quando somente emite passagens aéreas.....	283
Agência de turismo. Acomodação em hotel no estrangeiro diverso do anunciado ....	283
Responsabilidade do hotel por estrutura que facilita a ocorrência de furtos.....	284
Responsabilidade da agência de turismo por atraso na conclusão de viagem causado pela substituição injustificada do transporte aéreo pelo terrestre. ( <i>sobre dano moral, ver art. 6º, VI</i> ) .....	284
Agência de Viagens. Responsabilidade por danos aos passageiros decorrentes de incêndio em embarcação.....	284
Clube de férias. Falha no sistema de hospedagem .....	284
Cancelamento de voo e de reserva em hotel sem que tenha sido prestada assistência ao consumidor.....	285
Consumidor impedido de entrar em parque de diversão em razão de superlotação.	285
Pacote turístico. Cancelamento de voo.....	285
Cancelamento de excursão. Má qualidade de conservação do veículo transportador	285
Sobre condenações envolvendo dano moral, verificar art. 6º, VI.....	286
Sobre fortuito interno e externo (excludentes), verificar art. 12º, § 3º.....	286
Vigilante de banco que atua em legítima defesa não exime a instituição financeira de responsabilidade por morte de consumidor.....	286
Responsabilidade objetiva do banco afastada. Transferência entre contas correntes efetuada mediante autorização verbal do correntista em virtude de costume estabelecido entre as partes.....	286
Responsabilidade objetiva do banco por extravio de talonário de cheques que vem a ser utilizado por terceiros para cometer fraudes.....	286
Responsabilidade objetiva por compensação de cheque com base apenas no valor grafado em algarismos, ignorando-se o valor grafado por extenso .....	287
Responsabilidade objetiva por latrocínio ocorrido no estacionamento do banco. ( <i>sobre responsabilidade envolvendo estacionamento, ver art. 14, caput</i> ).....	287

Responsabilidade objetiva do banco por furto de talonário de cheques no interior da agência.....	287
Responsabilidade objetiva do banco por devolução indevida de cheque.....	288
Responsabilidade objetiva do banco por saque em conta corrente não reconhecido consumidor .....	288
Súmula 187 do STF .....	288
Transporte aéreo. Atraso de voo superior a quatro horas.....	288
Transporte coletivo. Manobra negligente do condutor. Responsabilidade concessionária.....	288
Transporte coletivo. Assalto ocorrido no interior de ônibus, seguido de estupro de passageira.....	289
Transporte coletivo. Queda de passageiro e morte.....	289
Transporte Interestadual. Morte de passageira em colisão.....	289
Responsabilidade da empresa permissionária de transporte público. Lesão causada por explosão de material transportado por passageiro que adentrou no ônibus .....	290
Sobre fortuito interno e externo (excludentes), verificar art. 12º, § 3º .....	290
Responsabilidade por furto de veículos em estabelecimentos comerciais.....	290
Se o serviço é prestado por manobrista, mesmo não tendo estacionamento próprio, responde o fornecedor .....	290
Roubo no interior de estacionamento de veículos de agência bancária.	
No mesmo sentido.....	291
Latrocínio ocorrido em estacionamento mantido pelo banco.....	291
Tentativa de roubo em estacionamento de shopping center.....	292
Assalto à mão armada iniciado no interior de estacionamento coberto de hipermercado, do qual resulta a morte da vítima fora do local onde a ação teve início.....	292
Se o estacionamento for público, ainda que sirva a estabelecimento particular, a responsabilidade pela reparação de danos é do Estado.....	293
Se o estacionamento for explorado por empresa pública, a responsabilidade pela reparação de danos é do Estado.....	293
Estacionamento. Assalto à mão armada é fortuito interno.....	293
Súmula 465 do STJ.....	294
Seguradora. Responsabilidade pela cobertura securitária, ainda que não emitida a apólice de seguro. <i>(sobre solidariedade, ver parágrafo único do art. 7º)</i> .....	294
Seguradora. Responsabilidade pela baixa de veículo junto ao Detran.....	294
Seguradora. Descumprimento da obrigação de indenizar .....	295

Seguro de imóvel. Responsabilidade por demora injustificada no pagamento .....	295
Seguradora. Indenização por ultrapassar injustificadamente o prazo previsto para devolução do veículo consertado .....	295
Sobre condenações envolvendo dano moral, verificar art. 6º, VI.....	295
Correios. Responsabilidade por falha na entrega de petição de recurso remetida por advogado a tribunal ( <i>sobre dano moral, ver art. 6º, VI</i> ).....	295
Interrupção no fornecimento de água .....	296
Energia elétrica. É ilícito suspender o fornecimento quando o usuário é hipervulnerável (doente) e necessita manter refrigerados os medicamentos de que necessita .....	297
Energia elétrica. Licidade da suspensão do fornecimento em razão de inadimplência do consumidor .....	297
Telefonia. Instalação fraudulenta de linha telefônica e inscrição indevida do nome do consumidor em cadastro restritivo de crédito. ( <i>sobre dano moral, ver art. 6º, VI</i> )...	
Telefonia. Publicação incorreta do nome do consumidor em lista de assinantes.....	298
Teoria da perda de uma chance .....	298
Perda de uma chance reconhecida. Programa Show do Milhão.....	299
Perda de uma chance reconhecida. Erro médico que ocasionou a morte de recém-nascido. Cesariana realizada tardiamente( <i>sobre responsabilidade civil envolvendo médicos e hospitais, ver art. 14, caput</i> ).....	299
Perda de uma chance não reconhecida. Advogado que perde prazo recursal por falha dos Correios.....	299
Perda de uma chance não reconhecida. Advogado que perde prazo recursal .....	300
Perda de uma chance não reconhecida. Advogado que perde prazo para contestar ..	300
Caracterização do defeito nas prestações de serviço.....	301
Fato do serviço. Transferência bancária não autorizada pelo consumidor correntista. Não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar ( <i>sobre prazo prescricional, ver art. 27</i> ).....	302
TV por assinatura. Evolução tecnológica não gera responsabilidade para o fornecedor desde que observada as normas do CDC.....	302
Sobre as excludentes de responsabilidade, ver o art. 12, § 3º.....	302
Sobre caso fortuito e força maior (inclusive fortuito interno e externo) como excludentes de responsabilidade no fato do serviço, ver art. 12, § 3º.....	302
Configuração da responsabilidade do fornecedor e as excludentes.....	302
Ver art. 12, § 3º, II.....	303
Sobre culpa exclusiva do consumidor, culpa exclusiva de terceiro e culpa concorrente no fato do serviço, ver art.12, § 3º, III.....	303
Profissional liberal não é sinônimo de profissional autônomo.....	303

O CDC não estabelece uma definição de profissional liberal .....	303
Profissional liberal é aquele que exerce uma profissão livremente, com autonomia, sem subordinação .....	303
O parágrafo 4º não pode ser estendido para as pessoas jurídicas que estejam vinculadas os profissionais liberais .....	304
Obrigação de meio x obrigação de resultado .....	304
Justificativa da responsabilidade subjetiva do profissional liberal.....	304
Responsabilidade do dentista (meio e resultado) .....	305
Serviços odontológicos. Obrigação de meio .....	305
Dentista. Prevalece a responsabilidade subjetiva, mesmo que a obrigação seja de resultado.....	305
Dentista. Necessidade de comprovação de culpa do odontólogo por erro na administração de anestésico.....	306
Dentista. Responsabilidade subjetiva por erro em cirurgia corretiva .....	306
Dentista. Responsabilidade subjetiva por erro no tratamento dentário .....	306
Dentista. Corpo estranho em canal dentário.....	306
Dentista. Responsabilidade subjetiva por fratura no maxilar de paciente .....	307
Dentista. Tratamento ortodôntico que gera obrigação de resultado .....	307
Dentista. Responsabilidade subjetiva do odontólogo e objetiva da clínica ( <i>sobre solidariedade, ver parágrafo único do art. 7º</i> ) .....	307
Dentista. Responsabilidade subjetiva por erro na troca de obturação.....	308
Responsabilidade objetiva dos hospitais e configuração da responsabilidade dos médicos (necessidade ou não de vínculo) .....	308
o médico não possuir vínculo algum com o hospital, não haverá responsabilidade desse último .....	309
Responsabilidade objetiva do hospital por objeto deixado no corpo do paciente após intervenção cirúrgica.....	309
Infecção hospitalar. Responsabilidade objetiva do hospital sobre a perda da visão do paciente.....	310
Responsabilidade objetiva do hospital. Morte de paciente após cirurgia em razão do defeito do hospital .....	310
Responsabilidade subjetiva do médico por erro de diagnóstico.....	311
Responsabilidade objetiva do hospital por alta hospitalar prematura que resulta em risco de morte para o paciente.....	311
Responsabilidade objetiva do hospital por erro de diagnóstico dado por médico que integra seu corpo clínico .....	311

Erro médico. Responsabilidade subjetiva do cirurgião.....	312
Responsabilidade do médico-chefe por atos de outros profissionais sob sua orientação.....	312
Responsabilidade objetiva do hospital aplica-se somente aos serviços relacionados com o estabelecimento empresarial.....	312
Paciente com complicações decorrentes da anestesia. Não há responsabilidade hospitalar se o anestesista não tinha vínculo com o hospital.....	313
A responsabilidade subjetiva dos profissionais liberais não afasta a regra da inversão do ônus da prova e dos demais princípios do CDC.....	313
Responsabilidade médica (de meio e de resultado) .....	314
Cirurgia plástica como obrigação de resultado.....	314
Cirurgia plástica estética. Excludente de responsabilidade. Dano causado por fato externo à atuação do médico.....	315
Cirurgia Plástica. O caráter de obrigação de resultado não influencia quando constatada culpa do consumidor .....	316
Cirurgia Plástica. Obrigação é de meio quando a finalidade não é meramente estética.....	316
Aplicação do CDC aos serviços advocatícios.....	316
Advogado. Não há erro grave quando interposto remédio processual inadequado em razão de informações incorretas fornecidas pelo cliente.....	317
Advogado. Não comparecimento em audiência. Danos morais.....	317
Perda de prazo.....	317
Perda de prazo processual. Não reconhecimento da perda de uma chance. Probabilidade muito pequena de reverter o julgamento.....	317
Perda de prazo recursal não enseja automática responsabilidade do advogado. Não reconhecimento da perda de uma chance.....	317
Engenheiro. Ausência de aprovação administrativa do projeto de construção de obra.....	319
Engenheiro. Responsabilidade por desmoronamento de estrutura metálica em obra ( <i>sobre solidariedade, ver parágrafo único do art. 7º</i> ).....	319
Engenheiro. Responsabilidade por falha na supervisão de obra.....	319
Médico veterinário. Necessidade de demonstração de culpa do profissional pela morte de cachorro.....	320
Médico Veterinário. Erro cometido durante procedimento cirúrgico .....	320
Detetive particular. Responsabilidade subjetiva por serviço de investigação concluído tardiamente .....	320
Cabeleireiro .....	321

**Art. 15. (Vetado).****Art. 16. (Vetado).****Art. 17.**

Figura do <i>bystander</i> .....	322
Só há comparação em decorrência de fato do produto ou serviço.....	322
Consumidor por equiparação ( <i>bystander</i> ). Vítimas da explosão de loja de fogos de artifício.....	322
Consumidor por equiparação ( <i>bystander</i> ). Explosão de botijão de gás.....	323
Consumidor por equiparação ( <i>bystander</i> ). Mãe cuja filha faleceu em razão de atropelamento em rodovia mal sinalizada .....	324
Consumidor por equiparação ( <i>bystander</i> ). Terceiro vitimado por acidente de trânsito causado por prestador de serviço de transporte .....	324
Transporte de carga realizado por terceiro. Responsabilidade solidária da sociedade empresária contratante por acidente. Risco proveito .....	325
Consumidor por equiparação ( <i>bystander</i> ). Criança vítima de ataque de leões pertencentes a circo que se encontrava montado em estacionamento de shopping center ..	325
Consumidor por equiparação ( <i>bystander</i> ). Pescadores artesanais atingidos por derramamento de óleo são equiparados a consumidores .....	326
Consumidor por equiparação ( <i>bystander</i> ). Morador de área atingida por contaminação de solo e águas subterrâneas por concessionária de energia elétrica ( <i>sobre prescrição por acidente de consumo, ver artigo 27</i> ) .....	326
Comerciante pode ser consumidor por equiparação ( <i>bystander</i> ) . Dano em olho em razão de explosão de garrafa .....	326
Acidente aéreo. Equiparação a consumidor da vítima atingido em terra.....	326
Conta corrente aberta por falsário. Vítimas consideradas consumidores por equiparação legal .....	327
Consumidor por equiparação ( <i>bystander</i> ). Pessoa atingida por bala perdida advinda de tiroteio entre seguranças de empresa e assaltantes .....	328
Consumidor por equiparação ( <i>bystander</i> ). Consumidora que tem seu nome incluído em cadastro de inadimplentes por hotel, em razão de cheque falsificado que continha seus dados pessoais .....	328
Consumidor por equiparação ( <i>bystander</i> ). Joalheria que aceita cheque furtado e inscreve o nome da vítima, titular da cártula, em cadastro de inadimplentes, bem como protesta o título.....	328

Consumidor por equiparação ( <i>bystander</i> ). Pessoa que tem o nome inscrito em cadastro de inadimplentes por instituição financeira que aceitou a abertura de conta solicitada por homônimo estelionatário .....	329
Consumidor por equiparação ( <i>bystander</i> ). Acidente de consumo ocorrido em degrau localizado após a porta giratória de agência bancária.....	329
Consumidor por equiparação ( <i>bystander</i> ). Familiares de gerente de banco submetidos a tortura, cárcere privado e violência física, moral e sexual .....	329
Não configuração de consumidor por equiparação. Relação empresarial. Não caracterização de hospital como consumidor por equiparação ( <i>bystander</i> ) .....	330
Consumidor por equiparação ( <i>bystander</i> ). Atropelamento por composição férrea.....	330
Não configuração de consumidor por equiparação. Relação de trabalho entre vítima de acidente de consumo e seu empregador (fornecedor).....	330
Não se equiparam a consumidores os terceiros lesados pela não compensação bancária de cheques sem provisão de fundos emitidos por clientes de instituição financeira .....	330

## Art. 18.

Responsabilidade por vício de qualidade do produto.....	331
Responsabilidade solidária pelos vícios do produto.....	331
Sobre responsabilidade solidária nos vícios do produto (inclusive vícios em veículos), parágrafo único do art. 7º .....	331
Implante derótese peniana. Responsabilidade solidária do importador .....	331
Exoneração do comerciante para responder por vício dentro do prazo de garantia estendida. ( <i>sobre garantia estendida, ver art. 50</i> ) .....	332
Imóvel residencial com defeito de construção .....	332
Economia globalizada. Filmadora adquirida no exterior. Responsabilidade da empresa nacional da mesma marca .....	332
Possibilidade de o consumidor exercer pretensão com base no vício e no fato ao mesmo tempo. Dependerá do pedido a ser feito.....	332
Ocorrência simultânea de fato e vício do produto(efeito no sistema de freios de veículo). Se o consumidor não alega a ocorrência de fato do produto, cabe apenas a responsabilização do fornecedor por vício.....	333
Possibilidade de troca imotivada de produtos mesmo sem vícios.....	333
A princípio o fornecedor tem o direito de sanar o vício em 30 dias .....	334
A exceção serão as hipóteses do § 3º do art. 18.....	334
O prazo de 3 (três) dias para troca imediata de produto que contém vício não prejudica o disposto no § 1º do art. 18 do CDC .....	334

Veículo de luxo zero-quilômetro que apresenta defeito na pintura .....	335
Veículo zero-quilômetro cujos vícios não são sanados dentro do prazo legal.....	335
Veículo novo que apresenta vícios de qualidade ( <i>sobre solidariedade entre fornecedores, ver parágrafo único do art. 7º</i> ).....	335
Veículo novo. Danos provocados por incompatibilidade do motor com o óleo diesel comercializado no Brasil ( <i>sobre o dever de informação, ver art. 6º, III</i> ).....	336
Veículo novo que apresenta sucessivos defeitos, impondo-se a devolução da quantia paga pelo consumidor.....	336
Se o consumidor adquire veículo em perfeito estado, cujo modelo é apenas de qualidade inferior ao modelo topo de linha, não há que se falar em vício do produto ( <i>sobre prazo decadencial, ver art. 26</i> ) .....	337
Se o vício atinge automóvel usado, não é lícito ao consumidor exigir um veículo novo.....	337
Veículo novo. Se os defeitos são sucessivos, o fornecedor também pode ser responsabilizado por dano moral .....	338
Compra e venda de veículo usado. Responsabilidade do fornecedor pelos vícios surgidos. ( <i>sobre a contagem do prazo decadencial em vícios de veículos usados, verificar art. 26</i> ) .....	339
Vício em automóvel. Potência do motor menor do que a anunciada em publicidade.....	339
Compra de veículo usado. Fornecedor não se isenta pelo não conhecimento dos vícios do produto .....	340
Não é necessário que o consumidor apresente justificativa para a escolha das opções do § 1º .....	340
Sobre as opções do consumidor, duas observações importantes .....	340
Contagem do prazo de 30 dias.....	340
No sentido de que o fornecedor teria apenas uma oportunidade para sanar o vício, devendo fazê-lo no prazo máximo de 30 dias .....	340
No sentido de adotar uma posição intermediária .....	341
Prazo de 30 dias para conserto somente em ocasiões especiais e que possibilitem a substituição de partes do produto .....	341
Para solicitar a substituição do produto com vícios, não é necessário que o vício impeça o uso do mesmo .....	341
A escolha cabe ao consumidor. Alternativas dos incisos I, II e III.....	342
A escolha cabe ao consumidor. Não poderá o juiz alterar a escolha feita.....	342
Não comprovação pelo fornecedor de que o vício foi sanado no prazo de 30 dias ...	342
O comerciante não está obrigado a encaminhar o produto viciado à assistência técnica .....	342



A oportunidade de o fornecedor sanar o vício do produto é única. Ministério da Justiça – Secretaria de Direito Econômico – Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – Nota Técnica nº 20 de 26 de junho de 2009.....	343
O certo seria dizer “mesma espécie, marca e modelo” .....	343
Hipóteses para o consumidor caso não haja o mesmo produto.....	344
Direito do consumidor à substituição do veículo que apresentou defeitos graves.....	344
Devolução do preço do automóvel. Defeitos não consertados em tempo hábil .....	344
Ilegitimidade da assistência técnica autorizada para restituir o valor pago ao consumidor.....	345
“Sem prejuízos de eventuais perdas e danos”. Possibilidade do pedido de reparação de danos ainda que o fornecedor tenha solucionado o problema no prazo legal.....	345
Aquisição de equipamento odontológico (cadeira/consultório) com inúmeros defeitos. Restituição da quantia paga mais perdas e danos.....	345
O consumidor poderá optar pelo abatimento proporcional do preço em caso de vício do produto.....	346
A ampliação do prazo de 30 (trinta) dias para sanar o vício depende de prévio ajuste entre o consumidor e o fornecedor .....	346
Existem quatro hipóteses contempladas no § 3º em que consumidor não precisará esperar o prazo de 30 dias para sanar o vício.....	347
O CDC não define o que é “produto essencial” .....	347
Produto essencial. Televisão ( <i>sobre solidariedade, ver parágrafo único do art. 7º</i> ).....	348
Produto essencial. Fogão .....	348
Produto essencial. Cama box.....	348
Produto essencial. Máquina de lavar roupa.....	349
Produto essencial. Refrigerador.....	349
Produto essencial. Computador .....	349
Produto essencial. <i>Notebook</i> .....	350
Produto essencial. Colchão .....	350
Produto essencial. Vaso sanitário.....	350
Produto essencial. Ar condicionado.....	350
Produto essencial. Guarda-roupas .....	351
Produto essencial. Óculos de grau.....	351
Telefone celular como produto essencial. Enunciado nº 8 da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.....	351
Produto essencial. Telefone celular .....	351

Possibilidade de substituição do produto viciado por outro diferente .....	352
Poderá haver atualização monetária na restituição ou complementação do valor .....	353
Inexistência de veículo semelhante em estoque para substituição.....	353
Conceituação de produtos <i>in natura</i> .....	354
O parágrafo § 5º amplia a proteção do consumidor. Solidariedade do fornecedor imediato e do produtor.....	354
Aferição objetiva dos produtos impróprios.....	355
Carne bovina imprópria para o consumo. Necessidade de laudo pericial para comprovar a impropriedade .....	355
Prazo de validade vencido. Perigo presumido.....	355
Chocolate com data de validade vencida. Responsabilidade solidária do fabricante e do comerciante.....	355
Sobre dano moral envolvendo corpos estranhos em produtos (ex: larvas e insetos), verificar tópico “ <i>dano moral envolvendo periculosidade e nocividade dos produtos e serviços</i> ” no art. 6º, VI.....	356

## Art. 19.

Solidariedade dos fornecedores.....	356
“Maquiagem dos produtos”.Responsabilidade do fornecedor por vício de quantidade ( <i>sobre o dever de informação, ver art. 6º, III</i> ).( <i>sobre maquiagem de produtos, ver art. 31</i> ).....	356
Vício de quantidade. É dever do fornecedor conhecer as propriedades do produto, de modo a garantir que este chegue ao consumidor na quantidade constante da embalagem .....	357
Vício de quantidade. Conteúdo líquido inferior ao indicado na embalagem do produto. Alegação de que houve suposta alteração do peso por violações nas embalagens. ( <i>sobre poder de polícia administrativa, ver art. 4º, II, c</i> ).....	357
Produtos alimentícios vendidos no balcão, não tendo as embalagens indicação quantitativa .....	358
Responsabilidade exclusiva do fornecedor imediato quando fizer a pesagem do produto .....	358

## Art. 20.

A configuração do vício é objetiva.....	359
Não basta que o fornecedor tenha prestado o serviço com diligência.....	359

Entendendo que o consumidor somente poderá pedir restituição total do preço pago se o serviço tiver que ser reexecutado totalmente. Se a reexecução for parcial, somente poderá solicitar abatimento do preço .....	359
Transporte aéreo. Danos decorrentes de descumprimento de oferta de entrega rápida ...	360
Transporte aéreo. Vício de informação no serviço prestado. Passageira que teve que retornar por não ter o visto .....	360
Prestação defeituosa de serviços de viagem turística .....	361
Sobre dano moral envolvendo viagens e transporte, ver art. 6º, VI.....	361
Operadora de plano de saúde e cooperativa. Responsabilidade objetiva e solidária pelos vícios dos serviços contratados.....	361
Vício de qualidade do serviço de plano de saúde. Restituição das quantias pagas.....	361
Sobre dano moral envolvendo planos de saúde, ver art. 6º, VI.....	361
Provedor de pesquisa na internet. Falha no serviço .....	362
Sobre dano moral envolvendo internet, ver art. 6º, VI .....	362
Instituição de ensino. Ausência de credenciamento de curso de mestrado. Abatimento do preço .....	362
Sobre dano moral envolvendo instituições de ensino, ver art. 6º, VI.....	362
Correios. Falha na entrega de correspondência via SEDEX .....	362
A reexecução do serviço somente ocorrerá quando cabível.....	363
Não há estipulação do prazo de 30 dias para o fornecedor sanar o vício .....	363
Abandono da Obra. A contratação de terceiro para finalização independe de decisão judicial .....	363
Vício no serviço dentário. Ressarcimento do valor gasto com novo tratamento efetuado por outro profissional .....	363
Se não há inadequação do serviço, não cabe dano moral .....	364

## **Art. 21.**

Reutilização de peças. Somente com autorização do consumidor.....	364
Possibilidade de emprego de peças usadas no conserto com anuência do consumidor ...	364
Vício na prestação dos serviços. Emprego de peças usadas no conserto e cobrança de peças novas.....	365
Se o componente não mantém a especificação técnica do fabricante é porque não é adequado para o produto .....	365

## **Art. 22.**

Os serviços públicos se submetem ao CDC .....	366
Não é todo serviço público que se submete às regras do CDC.....	366
O tema não é pacífico na doutrina.....	366
Serviços <i>uti universi</i> e <i>uti singuli</i> .....	366
Transporte aéreo como serviço essencial .....	367
Possibilidade de interrupção do serviço público (energia elétrica) em razão do inadimplemento. Continuidade do serviço público não constitui princípio absoluto.....	367
Necessidade de notificação prévia do consumidor antes da interrupção do serviço público .....	368
No sentido de que não basta o aviso (notificação) nas faturas entregues ao consumidor.....	368
Possibilidade de interrupção do fornecimento de água em caso de inadimplemento	368
Possibilidade de interrupção do serviço público em entes públicos .....	369
Diante da inadimplência de pessoa jurídica de direito público, pode haver a interrupção do fornecimento do serviço, mas devem-se preservar as unidades públicas provedoras de necessidades inadiáveis da comunidade (hospitais, prontos-socorros, centros de saúde, escolas e creches) .....	369
Para haver a suspensão do serviço público, a inadimplência tem que ser atual, não servindo como meio de cobrança para débitos pretéritos do consumidor.....	369
Impossibilidade de corte do fornecimento de energia elétrica para pessoas em estado de miserabilidade .....	370
Cobrança de tarifa básica de telefonia. Súmula nº 356 do STJ.....	370
Possibilidade de cobrança do serviço de fornecimento de água de forma escalonada (tarifa progressiva), de acordo com o consumo. Súmula nº 407 do STJ.....	370
Legitimidade da Anatel nas demandas de telefonia. Súmula 506 do STJ.....	370
Competência da Justiça Estadual para demandas entre consumidor e concessionária. Súmula Vinculante nº 27 do STF .....	371
Prazo prescricional para ações de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto. Súmula nº 412 do STJ.....	371
Ação indenizatória contra prestadora de serviço público prescreve em cinco anos com base no artigo 1º-C da Lei 9.494/97.....	371
É possível a cobrança de tarifa de esgotamento sanitário mesmo na hipótese em que a concessionária responsável pelo serviço realize apenas a coleta e o transporte dos dejetos sanitários, sem a promoção do seu tratamento final.....	371
Responsabilidade dos correios pelo não protocolo de petição enviada via Sedex pelo advogado.....	371

A Justiça Federal não é competente para processar e julgar ação em que se discuta restituição de indébito decorrente de majoração ilegal de tarifa de energia elétrica ..	372
A ANS não é parte legítima em ação que se discute suposto abuso em reajuste de plano de saúde.....	372
Obrigatoriedade do detalhamento das chamadas telefônicas .....	372
Impossibilidade de interrupção de energia elétrica contestadas em juízo por suposta fraude em medidor .....	373
A responsabilidade por débito relativo ao consumo de água e serviço de esgoto é de quem efetivamente obteve a prestação do serviço .....	373
Questionamento sobre assinatura básica pode ser processada no juizado especial cível.....	373
Responsabilidade objetiva das concessionárias de serviços rodoviários. Atropelamento decorrente de falta de iluminação na faixa de pedestre. <i>(sobre consumidor por equiparação, ver art. 17)</i> .....	373
Responsabilidade civil por atropelamento em via férrea.....	374
É ilegal multiplicar valor do consumo mínimo de água pelo número de residências no condomínio .....	374
É ilegal cobrar a tarifa de água por estimativa quando ausente o hidrômetro ou quando este estiver com defeito. Cobrança da tarifa mínima.....	375
Cobrança do “seguro-apagão” é constitucional .....	375
Ligação telefônica no mesmo município pode ser cobrada como interurbana .....	375
Responsabilidade solidária do município e da empresa pública por danos morais causados em estacionamento público .....	375
Serviço 0900. Não caracterização como serviço público. Responsabilidade das concessionárias.....	376
Sobre dano moral envolvendo serviços públicos, verificar art. 6º, VI.....	376
Energia elétrica. Acidente de consumo ocasionado por transformador de alta tensão mal instalado. Danos materiais e morais.....	376
Fornecimento de energia elétrica. Instalação de equipamentos em local inadequado pela concessionária .....	376
Transporte público. Responsabilidade pela ocorrência de incêndio ocorrido no interior do coletivo.....	377

## Art. 23.

O fornecedor não poderá se eximir de sua responsabilidade ao argumento de que desconhecia o vício.....	377
--	-----

Compra de veículo usado. Fornecedor não se isenta pelo não conhecimento dos vícios do produto. ( <i>sobre vícios em veículos, ver art. 18</i> ).....	377
Veículo usado comercializado com impedimento à sua transferência.....	378
Vício em telefone celular. O comerciante também não pode alegar ignorância sobre os vícios de qualidade do produto que comercializa .....	379
Vício em notebook. Ignorância do fornecedor acerca do vício, que não o exime de responsabilidade .....	379
Fornecimento de energia elétrica. Instalação de equipamentos em local inadequado pela concessionária. Não cabe alegação de ignorância sobre os riscos.....	379
Contratação fraudulenta de linha telefônica.....	380
Combustível adulterado. Ausência de aferição da qualidade do produto pelo fornecedor.....	380

## Art. 24.

Sobre a garantia contratual e sua relação com a garantia legal, ver art. 50.....	380
O fornecedor deve garantir que os produtos e serviços correspondam às expectativas do consumidor, tanto em sua qualidade, como em quantidade, eficiência e informação .....	381
Os produtos e serviços não podem ter vícios ou defeitos .....	381
A garantia legal será complementar à garantia contratual. ( <i>sobre a garantia contratual, ver art. 50</i> ) .....	381
A garantia legal de adequação de produtos e serviços é direito potestativo do consumidor, assegurado em lei de ordem pública. ( <i>sobre prazos decadenciais, ver art. 26</i> ).....	381
Não é obrigatório o fornecedor informar o prazo da garantia legal.....	382
Aquisição de equipamento odontológico (cadeira/consultório) com inúmeros defeitos. ( <i>sobre vícios, ver art. 18</i> ) .....	383
A garantia legal de adequação deve ser observada durante a vida útil de cada produto .....	383
A lei não fixa um prazo de garantia legal.....	383

## Art. 25.

Garantia legal de segurança e adequação são obrigatórias por vontade da lei .....	384
Proibição da “cláusula de não indenizar” .....	384
Cartão de crédito extraviado e débitos não reconhecidos pelos consumidores.....	384
Reconhecimento de ofício da abusividade de cláusula de não indenizar.....	384

Exceção à regra do art. 25. Aplicação do art. 51, I .....	384
Dano ou furto de veículo ocorridos em estacionamento. Súmula 130 do STJ .....	385
É nula cláusula contratual que limita indenização da CEF por joia furtada.....	385
UBER. Cláusula que exime de responsabilidade não tem validade .....	385
Sobre responsabilidade solidária, verificar art. 7º, parágrafo único .....	385
Sobre responsabilidade solidária em geral, verificar art. 7º, parágrafo único.....	386
Peça incorporada em veículo. Responsabilidade solidária do incorporador e do fabricante .....	386
Não há necessidade de que se prove que o dano decorreu do defeito do componente ou peça de reposição .....	386
Responsabilidade solidária na integração vertical e horizontal.....	386
O comerciante não responde solidariamente por peça incorporada ao produto .....	386
Componente incorporado no serviço. Responsabilidade solidária.....	387

## Art. 26.

Os prazos do art. 26 são de decadência .....	388
Distinção entre fato e vício do produto (sobre prazo prescricional, ver art. 27).....	388
Vícios aparentes ou de fácil constatação.....	389
Produtos duráveis e não duráveis. Definição.....	389
Sementes para plantio. Bem não durável .....	389
Os prazos de reclamação do art. 26 não são prazos de garantia legal ( <i>sobre a garantia legal, ver arts. 24 e 50</i> ) .....	389
Prestação de contas para obter esclarecimentos sobre cobrança de taxas, tarifas e encargos bancários. Súmula 477 do STJ.....	390
Terreno com metragem diversa daquela anunciada pelo fornecedor. Prazo decadencial de 90 dias.....	390
Se a pretensão do consumidor é no sentido de obter reparação civil decorrente do vício, o prazo é prescricional.....	390
Vício em veículo usado. Conta-se o prazo decadencial da data da ciência do defeito.....	391
Vício de fácil constatação em vestido de noiva.....	391
Vícios em construção de imóvel. Se o vício for aparente e não comprometer a segurança da edificação, aplica-se o prazo decadencial previsto no CDC .....	392
Se o vício for relacionado à solidez e segurança da construção, aplica-se o prazo previsto no art. 618 do Código Civil (5 anos) .....	392

Decadência não reconhecida. Diversas tentativas do consumidor para sanar o defeito.....	393
Reembolso de tarifas não envolve prazo decadencial .....	393
Prazo para reclamar valores equivocados em conta telefônica. Prazo decadencial de 90 dias.....	393
Tratando-se de vício aparente em móvel, aplica-se o prazo para reclamação.....	393
Vício de qualidade do serviço de perfuração de poço artesiano .....	393
Utilização do prazo decadencial para ações indenizatórias decorrentes da existência do vício.....	394
Prazo decadencial para pleitear dano moral em virtude de corpo estranho encontrado em alimento sem que tenha havido consumo.....	394
O prazo de decadência somente se inicia após o encerramento da garantia contratual.(sobre a garantia contratual, ver art. 50).....	395
Sobre a contagem dos prazos decadenciais quando há garantia estendida, verificar art. 50 .....	395
Início do prazo de decadência começa após o encerramento da garantia contratual	395
No sentido de que o prazo decadencial se inicia após o término da execução dos serviços de tentativa de conserto do produto.....	396
Decadência não reconhecida. Diversas tentativas do consumidor para sanar o defeito.....	396
Simple denúncia oferecida ao Procon não obsta a decadência .....	396
Deve haver prova inequívoca da reclamação do consumidor .....	397
Reclamação verbal do consumidor somente se efetivamente comprovada.....	397
Reclamação formulada perante os Procons .....	397
Vício oculto. <b>Conceito</b> .....	397
Aplica-se a regra do art. 26 em caso de vício oculto.....	397
O prazo decadencial tem início no momento em que o defeito é evidenciado. Vício oculto em piso de porcelanato .....	397
Vício oculto em piso de madeira para residência.....	398
Vício oculto em caixa de câmbio em veículo. Início do prazo com a comprovação do laudo pericial que constata o vício .....	398
Vício oculto em automóvel. O início do prazo decadencial não se inicia com a mera suspeita do vício.....	398
Período de vida útil do produto como limite para o aparecimento do vício oculto ..	399
Vício oculto manifestado após o término da garantia contratual. Observância do prazo de vida útil do produto .....	399



**Art. 27.**

Sobre prazos de ações indenizatórias decorrentes de vícios de produtos e serviços, ver art. 26 .....	400
O prazo do art. 27 está relacionado às hipóteses de acidente de consumo.....	400
O início do prazo prescricional se dá com o conhecimento do dano e autoria.....	400
Se a hipótese é de reparação de danos materiais e morais por falha na prestação do serviço, o prazo é prescricional.....	400
O termo inicial do prazo prescricional para a propositura de ação indenizatória, em razão da inscrição indevida em cadastros restritivos de crédito, é a data em que o consumidor toma ciência do registro.....	401
Prazo para prescrição por erro médico se inicia quando o paciente se dá conta da lesão.....	401
Reparação de dano material decorrente dos vícios. Necessidade de o consumidor notificar o fornecedor no prazo decadencial para possibilitar o direito à reparação..	401
Seguro de veículos. Demora injustificada no reparo de veículo sinistrado .....	402
Falha no fornecimento de água. Prazo de 5 anos do art. 27 do CDC .....	402
Ações indenizatórias movidas em desfavor de concessionária de serviço público de transporte .....	402
Erro médico (sobre a responsabilidade dos profissionais liberais, ver art. 14, § 4º). Prazo de 5 anos do art. 27 do CDC .....	402
Contaminação ambiental que causa prejuízos à saúde do consumidor. Prazo de 5 anos do art. 27 do CDC .....	403
Transferência não autorizada de conta corrente. Prazo de 5 anos do art. 27 do CDC .....	403
Dano moral decorrente de acidente sofrido em transporte coletivo. Prazo de 5 anos do art. 27 do CDC.....	403
Vício “grave” em revestimento cerâmico (piso). Prazo de 5 anos do art. 27 do CDC .....	403
Fraude bancária. Prazo de 5 anos do art. 27 do CDC.....	404
Acidente aéreo que vitima terceiro em superfície. Prazo de 5 anos do art. 27 do CDC .....	404
Falha na prestação de serviços educacionais. Prazo de 5 anos do art. 27 do CDC....	404
Danos resultantes de falha na prestação de serviço de transporte marítimo. Prazo de 5 anos do art. 27 do CDC .....	404
Herbicida ineficaz que causa prejuízo à safra. Prazo de 5 anos do art. 27 do CDC ..	405
Vício do produto capaz de potencializar a ocorrência de acidente de consumo. Prazo de 5 anos do art. 27 do CDC.....	405

Danos morais decorrentes de vício de qualidade na prestação de serviço .....	405
Contrato de transporte. Acidente de trânsito que causa danos ao passageiro. Prazo de 5 anos do art. 27 do CDC .....	405
Mestrado não reconhecido pela CAPES. Prazo de 5 anos do art. 27 do CDC .....	406
Transporte aéreo. Prazo de 5 anos do art. 27 do CDC .....	406
Danos decorrentes de publicação incorreta do nome do consumidor em lista telefônica. Prazo de 5 anos do art. 27 do CDC .....	406
Profissional liberal. A necessidade de comprovação de culpa não afasta a regra de prescrição estatuída pelo CDC. Prazo de 5 anos do art. 27 do CDC.....	406
Falta de entrega de ingressos para evento esportivo (Copa do Mundo). Prazo de 5 anos do art. 27 do CDC .....	407
Inseto em garrafa de refrigerante.....	407
Restituição de valores pagos a título de serviço de assistência Técnico-imobiliária (SATI). Não aplicação do art. 27 do CDC.....	407
Demanda em que se pleiteia a revisão de cláusula abusiva de contrato de plano de saúde. Não aplicação do art. 27 do CDC.....	408
Ressarcimento de valores dispendidos, pelo segurado, com procedimento cirúrgico não custeado, pela seguradora, por suposta falta de cobertura na apólice. Não aplicação do art. 27 do CDC .....	408
Ação de prestação de contas em que se questiona lançamentos indevidos na conta corrente do consumidor. Não aplicação do art. 27 do CDC.....	408
Ação revisional e de repetição do indébito nos contratos bancários. Não aplicação do art. 27 do CDC.....	408
Não se aplica o prazo prescricional previsto no CDC a fatos anteriores à sua vigência...	408
Discussão envolvendo cobrança indevida de valores pelo fornecedor se sujeita ao prazo prescricional regulado pelo Código Civil. Não aplicação do art. 27 do CDC..	409
Ação entre segurado e segurador. Prazo prescricional de 1 ano. Não aplicação do art. 27 do CDC.....	409
Indenização por extravio de mercadoria em transporte aéreo. Não aplicação do art. 27 do CDC.....	409
Ação de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto. Prazo geral de 10 anos do CC. Não aplicação do art. 27 do CDC. Súmula 412 do STJ .....	410
Ação de repetição de indébito de tarifas de telefonia. Prazo geral de 10 anos do CC. Não aplicação do art. 27 do CDC .....	410
Ação de indenização de inadimplemento contratual. Não aplicação do art. 27 do CDC .....	410
Atraso na entrega do imóvel (inadimplemento contratual). Não aplicação do art. 27 do CDC .....	410

Ação de prestação de contas com o escopo de obter esclarecimentos acerca da cobrança de taxas, tarifas e/ou encargos bancários. Não aplicação do art. 27 do CDC	410
Inscrição indevida em cadastro restritivo de crédito. Dano moral. Prazo prescricional de 3 anos (CC/2002). Não aplicação do art. 27 do CDC.....	411
Cobrança do VRG nos contratos de <i>leasing</i> . Não aplicação do art. 27 do CDC.....	411
Danos causados por seguradora que não providenciou baixa de veículo no Detran. Não aplicação do art. 27 do CDC .....	412
Prazo prescricional para o exercício do direito de regresso (art. 13, parágrafo único do CDC). Não aplicação do art. 27 do CDC .....	412

## Art. 28.

Desconsideração da personalidade jurídica. Intuito de propiciar a máxima proteção ao consumidor.....	413
A desconsideração não acarreta a extinção da pessoa jurídica.....	413
Aplicação da desconsideração de ofício nas relações de consumo.....	413
Não aplicação do incidente de desconsideração da personalidade jurídica nas relações de consumo.....	413
Desconsideração inversa da personalidade jurídica .....	414
Desconsideração inversa no CPC/15.....	414
A desconsideração poderá ocorrer em qualquer fase do processo.....	415
Desconsideração da personalidade jurídica. Legitimidade da pessoa jurídica para interposição de recurso.....	415
Execução contra sócio por desconsideração da empresa não é limitada à cota social.....	415
O CDC adotou a teoria menor da desconsideração .....	415
Impossibilidade de analisar os requisitos da desconsideração em Recurso Especial. Questão fática .....	416
O credor não pode, antes da desconsideração, propor a ação contra os sócios.....	416
Desconsideração na falência. Possibilidade.....	416
Terceiros atingidos possuem legitimidade para interposição de recurso .....	416
Aplicação da desconsideração do CDC nas relações trabalhistas.....	416
Do encerramento irregular da empresa presume-se o abuso da personalidade jurídica .....	417
Desconsideração da personalidade jurídica. Construtor e incorporador. Palace II....	417
Impossibilidade de penhora de bem de família do sócio.....	418

Desconsideração da devedora principal. Inclusão das sociedades integrantes do grupo econômico .....	418
Várias diligências infrutíferas de busca de bens autoriza a desconsideração.....	418
No sentido de que somente a busca infrutífera via BacenJud não autoriza a desconsideração .....	419
Possibilidade de desconsideração quando empresa nega-se a pagar débitos ou a indicar bens à penhora.....	419
Grupo de sociedades e sociedade controlada.....	420
Tratando-se de sociedade de fato, não há que se falar em desconsideração de pessoa jurídica.....	420
Administração fraudulenta. Grupo de sociedades sob mesmo controle .....	420
Empresas do mesmo grupo econômico. Teoria da aparência.....	420
Na responsabilidade subsidiária, a demanda deve ser ajuizada apenas contra o devedor principal .....	420
Ainda que comercialize veículos de marca distinta, a concessionária de veículo que integra o mesmo grupo econômico daquela que comercializou veículo que apresentou vício é parte legítima para responder subsidiariamente.....	421
Atraso na entrega de imóvel. Legitimidade subsidiária da sociedade integrante do grupo econômico .....	421
Inobstante a responsabilidade seja subsidiária, a sociedade empresária líder de grupo econômico é parte legítima para integrar o título judicial a ser formado em favor do consumidor .....	421
Havendo inadimplemento da sociedade controlada, o grupo controlador responde perante terceiros prejudicados.....	422
No CDC, a responsabilidade das sociedades consorciadas é solidária.....	422
Responsabilidade de empresas perante o consumidor nada tem a ver com desconsideração da personalidade jurídica .....	423
Por não ter personalidade jurídica, o consórcio, em si, não é parte legítima para responder civilmente por danos.....	423
Transporte coletivo de passageiros. Legitimidade passiva solidária da sociedade consorciada.....	423
Solidariedade entre Unimeds de diferentes estados da Federação .....	424
Instalação de cortina de vidro. Legitimidade passiva de sociedade empresária licenciada pela fabricante do produto .....	425
Legitimidade passiva da administradora de consórcio de veículos para responder por vícios em motocicleta .....	425
Serviços educacionais. Responsabilidade solidária de instituição de ensino consorciada .....	425

As sociedades são coligadas quando uma participa com 10 % ou mais do capital da outra, porém, sem controlá-la .....	426
Ônus de provar a culpa da sociedade coligada é do consumidor .....	426
Sociedades coligadas responderão somente por culpa.....	426
Obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores possibilita a desconsideração da personalidade jurídica .....	426

## **Art. 29.**

Consumidores equiparados do art. 29 .....	428
O art. 29 visa combater as práticas comerciais abusivas .....	428
As pessoas expostas às publicidades são consumidoras por equiparação.....	429
O art. 29 propicia o alargamento do espectro de abrangência do código. O consumidor-profissional poderá ter a proteção do CDC.....	429
O CDC não desconsiderou a qualidade de consumidor como destinatário das práticas comerciais .....	429
Pessoa jurídica empresária. Possibilidade de ser equiparada a consumidor quando exposta às práticas comerciais .....	429
No sentido de que é indispensável a constatação da vulnerabilidade <i>in concreto</i> da pessoa jurídica para ser equiparada a consumidora.....	430
Pessoa jurídica que contrata serviços de telefonia móvel e internet no exterior.....	430
Consumidor vítima de fraude praticada por terceiro .....	431
Consumidor prejudicado por gravame lançado sobre veículo de sua propriedade ....	431
Relação entre indústria e concessionária fornecedora de água .....	431
Plano de saúde coletivo. Sociedade empresária instituidora do seguro equiparada a consumidora .....	432
Equiparação não reconhecida. Canil especializado na criação de Bulldog Inglês.....	432
Equiparação não reconhecida. Produtor rural que adquire herbicida para aplicação na lavoura.....	432
Emissão de boleto adulterado em site da internet por pessoa jurídica .....	432
Pessoa natural que adquire máquina caseira para fabricar fraldas.....	433
Pessoa acusada de prática de furto em supermercado. Consumidor por equiparação .....	433

## **Art. 30.**

Sobre o cumprimento forçado da obrigação, proveniente do princípio da vinculação da oferta, verificar art. 35.....	433
--	-----

A oferta, por si só, já é suficiente para criar um vínculo entre fornecedor e consumidor.....	434
Os exageros publicitários ( <i>puffing</i> ), a princípio, não obrigam os fornecedores .....	434
Simples folhetos distribuídos pelo fornecedor vincula .....	434
Sobre o <i>puffing</i> e publicidade enganosa, ver art. 37.....	434
Síntese do art. 30 .....	434
A vinculação ocorrerá em toda a cadeia de fornecedores (quem se aproveitar da publicidade).....	434
Vincula o fornecedor o preço anunciado na publicidade .....	435
Erro grosseiro. A publicidade flagrantemente equivocada não vinculará o fornecedor....	435
Se o erro na oferta não é manifestamente grosseiro, o fornecedor é obrigado a cumpri-la.....	436
Não configuração de erro grosseiro nas promoções de passagens aéreas.....	436
Erro grosseiro em anúncio de veículo. Necessidade de demonstração de má-fé do fornecedor .....	437
Erro grosseiro em anúncio no Mercado Livre .....	437
Erro grosseiro. Oferta de um determinado produto com preço ínfimo em relação ao seu preço real de mercado.....	438
Erro Grosseiro em anúncio de computador pela internet .....	438
Não configuração de erro grosseiro quando é ínfima a diferença entre o preço anunciado na vitrine e o informado no interior do estabelecimento do fornecedor.....	439
Não configuração de erro grosseiro em oferta de notebook .....	439
Não caracterização de erro grosseiro em oferta de serviços educacionais.....	439
Oferta sem prazo de validade deverá ser mantida por período razoável de tempo ...	440
Necessidade de precisão dos elementos ofertados.....	440
A responsabilidade do art. 30 é objetiva. O fornecedor não pode alegar erro ou culpa para eximir sua responsabilidade de cumprir o ofertado.....	440
Informações do corretor a respeito da carência do plano de saúde vincula contratualmente.....	441
Publicidade garantindo a recompra do imóvel vincula o fornecedor.....	441
Publicidade garantindo que os imóveis seriam financiados pela CEF vincula o fornecedor .....	441
Publicidade que garante a qualidade de veículo seminovo vincula o fornecedor ( <i>sobre o dever de informação, ver art. 6º, III</i> ).....	441
Publicidade que utiliza logomarca de empresa a vincula. Teoria da aparência .....	442

Publicidade asseverando a pontualidade e eficiência de serviços de ea .....	442
Se a publicidade envolve grupo societário que explora a mesma marca, todas as empresas integrantes do grupo respondem pelo cumprimento da oferta ( <i>sobre solidariedade, ver parágrafo único do art. 7º</i> ).....	442
A promessa de religação do serviço após o pagamento da conta vincula o fornecedor...	443
Não há enganabilidade por omissão se o fornecedor, mesmo omitindo o preço dos produtos no encarte publicitário e garantindo o menor preço, garante ao consumidor o acesso aos preços praticados pelos concorrentes, de modo que aquele faça uma escolha consciente. ( <i>sobre publicidade enganosa por omissão, ver art. 37, §3º</i> )...	443
Seguro de viagem oferecido apenas no trecho comprado (passagens) pelo cartão de crédito. Consumidor não pode alegar desconhecimento deste fato e pretender abranger toda a viagem .....	443
As informações prestadas por funcionários ou representantes do fornecedor vincula.....	444
Arrombamento de veículo estacionado em área com segurança garantida pelos produtores através de informação e publicidade. Dever de guarda e vigilância dos veículos .....	444
Anúncios publicados em jornais oferecendo trabalho no exterior. Responsabilidade pelo resultado prometido .....	444
Plano de expansão de linha telefônica.....	445

## Art. 31.

Sobre o dever de informar genérico, verificar art. 6º, III.....	445
Importância da informação dos preços dos produtos .....	445
Importância das informações nas embalagens e rótulos .....	445
O direito de informação se faz presente em todas as fases contratuais .....	446
Direito do consumidor saber de todas as informações e características do produto ou serviço que está adquirindo .....	446
O direito à informação ganha importância especial principalmente nos produtos e serviços que possam causar riscos à saúde e segurança dos consumidores .....	446
O uso de expressões estrangeiras de domínio público não está vedado .....	446
Se a informação é essencial, deve ser informada. ( <i>sobre a publicidade por omissão, ver art. 37. §3º</i> ).....	446
O dever de informar não decorre somente das normas do CDC, podendo ser disciplinado também pelas agências reguladoras.....	446
Possibilidade de afixação de preços por meio de código de barras .....	447
Impossibilidade da transferência de risco da atividade financeira ao consumidor. Direito à informação .....	447

Cartão de crédito. Informação clara e precisa.....	447
Rotulagem de produto com glúten. Distinção entre informação – conteúdo e informação – advertência.....	448
Se a bebida contém álcool, não pode colocar no rótulo a expressão “sem álcool” .....	448
Rótulo de vinho não precisa informar quantidade de sódio ou calorias .....	450
Na publicidade, o fornecedor não está obrigado informar o prazo de garantia legal, pois este decorre de lei .....	450
Maquiagem dos produtos. Diminuição do volume ou quantidade. Dever de informar .....	451
Maquiagem de produto não configurada. Redução de volume em embalagem de água mineral .....	451
A informação sobre o preço do produto deve ser visível, não bastando a existência de tabela no caixa do estabelecimento do fornecedor .....	452
Serviços educacionais. Dever de informar sobre a imprestabilidade do curso escolhido pelo consumidor para fins de habilitação legal para as modalidades de educação e ensino previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96).....	452
Plano funerário. Dever de informar a respeito do cumprimento de novo prazo de carência em caso de renegociação de débito .....	452
Contratos imobiliários. Dever de informar sobre a cobrança de comissão de corretagem e taxa de administração.....	452
A informação ao consumidor deve ser prévia, não desonerando o fornecedor a prestação de informações somente após a aquisição do produto ou serviço .....	453
Venda de passagens aéreas. Ausência de informação no sentido de que as passagens promocionais eram direcionadas a passageiros de uma única nacionalidade.....	453
Transporte rodoviário de passageiros. Ausência de informação sobre a necessidade de pagamento integral da passagem com cartão de crédito para que o consumidor tivesse direito à cobertura do seguro de viagem.....	453
Transporte rodoviário de passageiros. Ausência de informações claras e precisas sobre o preço da passagem .....	454
Telefonia móvel. Limitação temporal a respeito de plano de minutos que não cons- tou da oferta .....	454
Objetivo da inserção do parágrafo único do art. 31 .....	454

## Art. 32.

Responsabilidade pós-contratual do fornecedor para com o consumidor.....	455
Responsabilidade delimitada para alguns fornecedores (fabricante e importador).....	455
Filmadora adquirida no exterior. Responsabilidade da empresa nacional da mesma marca pelo conserto do produto.....	455



Video game (Playstation 4) adquirido no exterior. Responsabilidade solidária da empresa brasileira.....	456
Aparelho celular adquirido no exterior. Vício do produto ocorrido dentro do prazo de garantia. Responsabilidade solidária da empresa brasileira.....	456
Veículo importado. Prazo analógico de 30 dias do art. 18 para disponibilizar a peça.....	457
Falta de peça para reposição de veículo importado.....	457
Obrigatoriedade de manter em estoque peças de reposição.....	457
Pulseira de relógio que deixou de ser fabricada e prazo razoável entre a aquisição e a retirada do mercado. Não cabimento de danos morais. <i>(sobre danos morais, ver art. 6º, VI)</i> .....	458
Demora excessiva no conserto de veículo por ausência de peças de reposição. Dano moral. <i>(sobre dano moral, ver art. 6º, VI)</i> .....	458
Responsabilidade solidária entre concessionária e importadora de veículos pela ausência de peças de reposição. <i>(sobre solidariedade, ver art. 7º, parágrafo único)</i> .....	458
Mesmo após cessada a fabricação ou importação do produto, as peças de reposição devem ser garantidas pelo fornecedor durante o prazo de vida útil do produto.....	459
Peças de reposição para notebook devem ser asseguradas mesmo após expirada a garantia contratual.....	459
Não havendo peça de reposição, o consumidor tem direito à substituição do produto.....	459
Peças de reposição para veículo devem ser fornecidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, aplicando-se, por analogia, o prazo do art. 18, § 1º, do CDC.....	460
Aparelho de som adquirido e após 4 meses não foi encontrado mais peças de reposição. Violação do art. 32 do CDC.....	460
Se não tem peça de reposição, deve ao menos restituir o valor do produto ao consumidor.....	460
Dever do fabricante de veículos de disponibilizar a peça individualizada.....	460
O ‘período razoável’ nunca pode ser inferior ao tempo de vida útil do produto ou serviço.....	461
Peças de reposição de produtos que já saíram de linha.....	461
Sobre a vida útil dos produtos, ver art. 26, § 3º.....	461

### **Art. 33.**

Informações importantes para o consumidor poder entrar em contato e/ou reclamar com o fornecedor.....	461
---	-----

Sobre o dever de informação nos produtos, verificar art. 31 .....	461
A regra do art. 33 é um complemento da estabelecida nos arts. 30 e 31 .....	461

## **Art. 34.**

Sobre a vinculação do fornecedor pelas informações prestadas por seus funcionários ou representantes, ver art. 31.....	462
Sobre a responsabilidade solidária genérica no CDC, ver art. 7º, parágrafo único ....	462
Responsabilidade solidária. Independe de vínculo trabalhista .....	462
Representante autônomo como preposto .....	462
O CDC impõe a solidariedade mesmo àqueles que teoricamente são independentes.....	462
Fornecedor responde pela proposta feita pelo seu empregado, agente ou representante.....	462
Se o produto foi introduzido por empregado ou sócio do fornecedor, responde solidariamente .....	462
Clínica médica e médico autônomo. Responsabilidade solidária .....	463
Responsabilidade da empresa que comercializa títulos de capitalização por ato de seus corretores.....	463
A solidariedade prevista no art. 34 do CDC decorre da aplicação da <i>teoria da aparência</i> . Todos aqueles que, aos olhos do consumidor, participem da cadeia de fornecimento.....	463
Teoria da aparência e boa-fé objetiva.....	464
Vícios na construção de imóvel. O agente financeiro responde solidariamente com o construtor .....	464
Empresa de turismo e seus prepostos e representantes. Responsabilidade solidária ..	464
A montadora de veículos responde pelo inadimplemento da concessionária que os comercializa .....	464
Não há relação de preposição entre concessionária e montadora em casos envolvendo consórcio de veículos feito pela concessionária .....	465
A administradora de consórcio responde solidariamente pelos atos de seus prepostos ou representantes comerciais.....	465
Devolução indevida de cheque praticada por preposto. Responsabilidade solidária ..	465
Título de capitalização. Responsabilidade solidária da empresa emissora do título e dos prepostos incumbidos da comercialização.....	465
Construtora responsável por atos do corretor de imóvel.....	466
Responsabilidade solidária da instituição financeira por fraude praticada por seu representante autônomo .....	466

Previdência privada. A sociedade empresária que explora plano de previdência privada responde solidariamente pelos atos de seus prepostos e representantes autônomos que promovem planos privados de concessão de pecúlios e rendas.....	466
Programa <i>Minha Casa Minha Vida</i> . Responsabilidade solidária entre a vendedora/incorporadora e o corretor ou sociedade empresária credenciada para intermediar a aquisição de imóvel.....	466
A administradora de consórcios responde solidariamente pelos atos do vendedor que se identifica concionário. Teoria da aparência.....	467

### **Art. 35.**

Sobre o princípio da vinculação da oferta, verificar art. 30 .....	467
Consequência do princípio da vinculação contratual da publicidade. Cumprimento forçado da obrigação .....	467
Possibilidade de indenização pelos eventuais danos sofridos.....	467
Direito de optar por outro produto ou prestação de serviço equivalente.....	467
Na fase de liquidação e execução individual da sentença coletiva, as alternativas do consumidor (CDC, art. 35) dependerão de cada caso concreto, a ser individualizado por cada beneficiário da sentença.....	468
Nas vendas a varejo, mesmo que na oferta o fornecedor não restrinja a quantidade de produto a ser adquirido, o consumidor não está autorizado a exigir quantidade incompatível com seu consumo pessoal e familiar .....	468
Seguro de veículo. Mesma que a apólice de seguro seja omissa em relação as garantias, o consumidor pode exigir o cumprimento forçado do contrato.....	468
O simples descumprimento da oferta não causa dano moral. ( <i>sobre dano moral, verificar art. 6º, VI</i> ) Em sentido contrário, causando dano moral: No mesmo sentido, causando dano moral a recusa em cumprir oferta veiculada pela internet.....	468
Se impossível a entrega do bem conforme o anunciado, pode o consumidor optar pelo recebimento da diferença entre o preço do bem ofertado e o daquele entregue	469
Anúncio em jornal. Responsabilidade do fornecedor pelas condições de oferta veiculada .....	469

### **Art. 36.**

Princípio da identificação obrigatória da publicidade.....	470
Proibição da publicidade dissimulada ou oculta.....	470
A publicidade só é lícita quando o consumidor puder identificá-la imediata e facilmente.....	470
A publicidade subliminar é proibida.....	471

Condições para a utilização do merchandising.....	471
O CDC não proíbe o <i>teaser</i> .....	471
A mensagem publicitária deve ser clara e direta, de forma que não demande grandes esforços do consumidor para que identifique o anúncio como publicidade.....	472
Proposta de adesão a seguro enviada em cor e formato diversos ao do contrato principal não é suficiente para que o consumidor a identifique como publicidade.....	472
Princípio da transparência da fundamentação.....	473
Segredo comercial.....	473
Se o fornecedor é quem detém os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à publicidade, é ônus seu dirimir as dúvidas acerca de informações contidas nas embalagens do produto participante de campanhas de premiações.....	473

### **Art. 37.**

Conceito jurídico de publicidade.....	473
Conceito mercadológico de publicidade.....	473
Publicidade institucional x promocional.....	473
Promoção de vendas como publicidade.....	474
As normas do CDC referente à publicidade podem ser utilizadas para relações que não de consumo.....	474
Publicidade chamariz.....	474
Contrapropaganda.....	474
Análise da enganabilidade conforme a categoria de consumidores.....	474
Publicidade enganosa não exige, para sua configuração, a prova da vontade de enganar o consumidor.....	475
Não é preciso prova da enganabilidade real.....	475
O <i>puffing</i> (exagero publicitário) poderá se configurar com publicidade enganosa.....	475
Informações insuficientes acerca das restrições dos serviços oferecidos com destaque em campanha publicitária.....	475
Produto ineficaz (almofada terapêutica) que promete a cura de doenças.....	476
Fornecedor que manipula informações para prejudicar o concorrente e induzir o consumidor a erro.....	476
Publicidade enganosa. Produto medicinal (Cogumelo do Sol) que promete a cura do câncer.....	476
Água mineral com slogan “diet por natureza”. Indução do consumidor a erro.....	477
Reestilização lícita. Lançamento de automóvel em um ano referente ao ano seguinte.....	477

Propaganda enganosa não caracterizada (cerveja sem álcool). Não há violação ao CDC se o fornecedor obedece às normas especiais que regulam a comercialização do produto .....	479
Publicidade de veículo importado cujo preço é anunciado em moeda estrangeira. Propaganda enganosa não caracterizada .....	479
Informações sobre frete do produto em nota de rodapé de jornal. Propaganda enganosa não caracterizada.....	479
Publicidade enganosa. Direito do consumidor de desfazer do negócio .....	480
A publicidade comparativa só é admitida se as respectivas informações forem objetivas e verídicas .....	480
Publicidade veiculando entrega de brindes esgotados. Publicidade enganosa .....	481
Indenização por danos materiais em razão da publicidade enganosa .....	481
Serviço de monitoramento e bloqueio de veículo automotor. Informação que induziu o consumidor a erro.....	481
Não configuração de publicidade enganosa se houve conhecimento prévio das cláusulas contratuais .....	481
Mudança de nome do curso para atender determinações do Ministério do Trabalho não constitui publicidade enganosa.....	482
Consumidor que adquiriu produto antes da veiculação da propaganda enganosa.....	482
Não há propaganda enganosa se a mensagem transmitida não se evidencia capaz de induzir em erro .....	482
Publicidade enganosa da possibilidade de hospedagem em rede de hotéis durante vários dias por ano .....	482
Informação insuficiente para esclarecimento do consumidor caracteriza propaganda enganosa .....	482
Anúncio publicitário omissivo quanto ao real valor de mensalidade de curso superior.....	483
Não caracterização de publicidade enganosa de sistema de alarme antifurto. Entendimento de homem médio.....	483
Informações que induziram o estudante a acreditar que concluiria o curso de psicologia em quatro anos.....	483
Publicidade enganosa. Possibilidade de imposição de multas administrativas pelo Procon.....	483
Indução do consumidor de que estava adquirindo um veículo e não título de capitalização. Publicidade enganosa .....	484
Enumeração exemplificativa.....	484
Publicidade abusiva destinada a crianças.....	484

Publicidade direcionada a crianças. Venda casada. Abusividade.....	485
A caracterização da publicidade abusiva não depende da intenção do fornecedor ....	485
Sobre a abusividade do SPAM, verificar o art. 14 no tópico <i>responsabilidade envolvendo internet. SPAM</i> .....	485
Informação omitida. Condão de influenciar a decisão do consumidor .....	485
Propaganda enganosa por omissão. Fornecedor que omite preço e forma de pagamento. Informação somente obtida por meio de ligação tarifada.....	485
Dados essenciais do produto ou serviço adquirido foram omitidos, gerando confusão para qualquer consumidor médio, facilmente induzido a erro. “Tele Sena Dia das Mães” .....	486
Defeito de impressão em tampinhas premiáveis não informado aos consumidores. Publicidade enganosa por omissão.....	487
Não há enganabilidade por omissão se o fornecedor, mesmo omitindo o preço dos produtos no encarte publicitário e garantindo o menor preço, garante ao consumidor o acesso aos preços praticados pelos concorrentes, de modo que aquele faça uma escolha consciente.....	487
Plano de celular não informando as condições restritivas. Publicidade enganosa por omissão .....	487
Residencial anunciado como hotel. Omitida informação de que faltava autorização do Município. Publicidade enganosa por omissão .....	488
Hospedagem de passageiro em hotel em reformas. Falta de aviso acerca das condições do estabelecimento .....	488

### **Art. 38.**

O CDC distribui o ônus da veracidade da publicidade ao fornecedor .....	488
A empresa jornalística que apenas veicula a publicidade não pode ser responsabilizada pela veracidade das respectivas informações.....	489
Ônus da prova sobre dúvidas acerca de inscrição em tampinhas em publicidade ....	489
Cabe ao fornecedor demonstrar que o consumidor foi previamente informado a respeito das condições de utilização do cartão e sua finalidade.....	490
Oferta supostamente vantajosa de serviço de telefonia. Esclarecimento somente na execução contratual .....	490

### **Art. 39.**

Enumeração exemplificativa das práticas abusivas .....	490
Práticas abusivas. Conceito fluido e flexível.....	491
Prática abusiva contrária as regras de boa e leal conduta com os consumidores .....	491

Descrédito de clínica médica no curso de tratamento oncológico sem que se ofereça ao paciente a continuidade do tratamento em estabelecimento equivalente. Prática abusiva configurada.....	491
Serviços bancários. Licitude da cobrança por saque excedente .....	491
Retenção integral do salário do correntista para pagamento de débito. Prática abusiva.....	493
Possibilidade da prática de “desconto de pontualidade” nos contratos educacionais .	493
A prática da conferência de mercadorias pelos estabelecimentos comerciais, após a venda, é lícita.....	493
Cancelamento de voos por concessionária sem comprovação pela empresa de razões técnicas ou de segurança. Abusividade.....	494
Exigência de avaliação remunerada para aproveitamento de matéria idêntica anteriormente cursada. Prática abusiva.....	494
Venda casada. Vedação no CDC e na Lei Antitruste.....	495
Visa preservar o direito básico da livre escolha do consumidor .....	495
Havendo venda casada, o consumidor poderá invalidar o negócio requerendo o dinheiro de volta .....	495
Publicidade direcionada a crianças. Necessidade da compra de 5 produtos da linha para aquisição do relógio. ( <i>sobre publicidade abusiva dirigida às crianças, ver art. 37, §2º</i> ) .....	495
Telefonia móvel. Comercialização de linha telefônica condicionada a aquisição de aparelho celular .....	496
Não configura venda casada a contratação simultânea de prestação de serviços de telefonia móvel e de comodato de aparelhos celulares com cláusula de fidelização ...	496
Pagamento a prazo condicionado à aquisição de outro produto. Venda casada configurada.....	496
Cinemas. Vedação de consumo de alimentos adquiridos em estabelecimento não pertencente à casa cinematográfica .....	497
Não pratica venda casada a entidade aberta de previdência complementar que condiciona a concessão de mútuo à adesão a plano de benefício ou seguro pelo participante interessado.....	497
Contratação de seguro habitacional junto ao banco mutuante ou a seguradora por ele indicada. Súmula 473 do STJ .....	498
Concessão de crédito atrelada a contratação de outros serviços. Venda casada.....	498
Limites quantitativos. Supermercados podem limitar a quantidade a ser adquirida por cada consumidor .....	498
O fornecedor não pode obrigar o consumidor a adquirir quantidade maior que as suas necessidades .....	499

A recusa de venda constitui crime contra as relações de consumo .....	499
O empresário não tem o direito de escolher os seus parceiros comerciais na relação de consumo.....	499
Visa impedir o intuito especulativo e a discriminação.....	499
Limitação de sessões de fisioterapia e tratamento por fonoaudiólogo. <i>(sobre cláusulas abusivas em contratos de planos de saúde, ver art. 51)</i> .....	499
Consequência direta: amostra grátis .....	500
Cartão de crédito não solicitado e utilizado pelo consumidor. Negativa de pagamento da anuidade.....	500
Cartão de crédito não solicitado. Prática abusiva que dá ensejo a dano moral <i>(sobre o dano moral, verificar art. 6º, VI)</i> . Súmula 532 do STJ .....	500
Assinatura de revistas não solicitadas pelo consumidor. Dano moral em virtude da dificuldade de cancelamento.....	501
Serviço “900 – disque prazer” sem prévia solicitação do titular. Prática abusiva.....	501
Cobrança de serviços telefônicos não solicitados. Prática abusiva.....	502
O fornecedor não poderá se aproveitar das excepcionais vulnerabilidades do consumidor.....	502
Hipervulnerabilidade ou vulnerabilidade agravada.....	502
Fornecedor que se aproveita da condição de saúde do consumidor para impingir produto medicinal que promete a cura de doenças malignas, inclusive o câncer.....	502
Prática abusiva configurada. Cobrança de PIS e COFINS na fatura telefônica .....	503
Venda de almofada terapêutica. Nulidade do negócio jurídico .....	503
Aproveitamento da fraqueza ou ignorância do consumidor (pessoa idosa) pelas instituições financeiras .....	503
Utilização dos critérios para verificação da vantagem exagerada.....	504
Diferenciação de preços conforme a forma de pagamento a ser utilizada (dinheiro, cheque, cartão de crédito etc.).....	504
Diferenciação de preços. Pagamento com cartão de crédito. Abusividade .....	504
Mesmo inexistindo orçamento prévio, não há prática abusiva se o consumidor não impugna os valores cobrados pelos serviços prestados pelo fornecedor.....	505
Somente pode ser cobrado o serviço autorizado pelo consumidor.....	505
Prova de entrega ao consumidor é do fornecedor.....	506
Serviços de empreitada realizados sem autorização do consumidor .....	506
Conserto de veículos. Não cabe mero acerto verbal; é necessária a entrega ao consumidor de prévio orçamento escrito .....	506
Cobrança de despesas hospitalares não autorizadas pelo consumidor .....	507



Instituição financeira que criou um “cadastro restritivo interno”.....	507
Não será considerada prática abusiva a informação depreciativa concernente a ato do consumidor praticado irregularmente, em desconformidade com o direito .....	508
INMETRO.....	508
Por envolver pesquisas cadastrais e análise de risco, a obrigação de contratar não pode ser imposta às instituições financeiras.) .....	508
A negativa de contratar seguro de vida é ilícita.....	509
Negativa indevida de abertura de conta salário .....	510
A simples mudança de preço é permitida se respeitar as normas do CDC.....	510
Aumento abusivo de preço de produto em razão de tragédia ambiental.....	510
Ágio cobrado pelas concessionárias na venda de veículos.....	511
Diferenciação de preços. Pagamento com cartão de crédito. Abusividade .....	511
Plano de saúde. Qualquer mudança nos valores das prestações, além de serem previamente avisadas, devem ser feitas de forma amena e gradativa .....	511
Plano de saúde. É vedada a cobrança de valores diferenciados para empregados e ex-empregados demitidos sem justa causa.....	512
A estipulação de prazo é importante para possibilitar o consumidor exigir o cumprimento forçado da obrigação .....	513
Falta de fixação de prazo para conserto do veículo. Demora excessiva que gera indenização .....	513
Construção de imóvel somente a partir do início ou término da fundação .....	513
Mensalidades escolares.....	513
Mensalidades escolares. Pode o Estado, por via legislativa, regular a política de preços de bens e de serviços abusivos .....	514
Extinção do indexador originalmente contratado nos contratos bancários e escolha de um novo unilateralmente. Abusividade. (sobre abusividade nos contratos bancários, ver art. 51).....	514
Sobre as amostras grátis, ver inciso III do art. 39.....	514
O inciso III há de ser lido em conjunto com o parágrafo único do art. 39.....	514

## **Art. 40.**

Serviços médicos e hospitalares. Emergência médica dispensa a apresentação de orçamento prévio.....	515
Serviços médicos e hospitalares. Em caso de urgência médica, não sendo possível a elaboração de orçamento prévio, devem os hospitais ao menos apresentar tabela contendo o preço dos serviços .....	515

Emergências médico veterinárias também não se sujeitam a orçamento prévio.....	516
Serviços prestados por auxiliares do Poder Judiciário não se sujeitam ao CDC, dispensando orçamento prévio.....	516
Serviços mecânicos em veículos. Se o fornecedor não entrega orçamento prévio ao consumidor, este fica desobrigado do pagamento do valor cobrado pelo conserto....	516
Contrato verbal entre consumidor e fornecedor não dispensa este de apresentar orçamento prévio.....	517
“Pré-ordem de serviço” não equivale a orçamento prévio.....	517
Mesmo inexistindo orçamento prévio, não há prática abusiva se o consumidor não impugna os valores cobrados pelos serviços prestados pelo fornecedor.....	517
Se prestado o serviço sem autorização ou orçamento, não poderá ser cobrado (amosttra grátis).....	518
O prazo de validade do orçamento poderá ser menor do que 10 dias.....	518
Orçamento prévio aprovado implica em vinculação contratual.....	518
O gasto com o terceiro somente poderá ser cobrado do consumidor se constar do orçamento.....	519

## Art. 41.

Possibilidade de o Estado regular a política de preços de bens e serviços.....	519
Mercadorias com pequenos defeitos podem fugir às regras do preço tabelado.....	519
Caderneta de poupança. Índices de remuneração sob controle.....	520
Venda de chope acima do valor permitido (tabelado). Aplicação de multa administrativa.....	520
Majoração da tarifa de energia elétrica em desrespeito ao congelamento de preços..	520

## Art. 42.

Sobre a inclusão do nome do consumidor nos órgãos de proteção ao crédito, verificar art. 43.....	521
A cobrança de débitos é um exercício regular de direito, mas deve ser feita de forma comedida e sem excessos.....	521
Constitui infração penal.....	521
Se o consumidor se sentir prejudicado pelas cobranças vexatórias ou abusivas, poderá pleitear indenização por dano moral. ( <i>sobre dano moral, ver art. 6º, VI</i> ).....	521
Restringir frequência às aulas por inadimplemento configura constrangimento.....	522
Inscrição de devedor em cadastro. Não constrangimento. ( <i>sobre os bancos de dados e cadastros de consumidores, ver art. 43</i> ).....	522

Ligação de cobrança para trabalho do consumidor caracteriza constrangimento.....	522
Ligações para vizinhos do devedor e envio de e-mails para o seu endereço profissional. Cobrança vexatória. ....	523
Cobrança feita por telefone informando o consumidor sobre as consequências do inadimplemento. Licitude.....	523
Cobrança através de e-mail com conteúdo ofensivo e enviado a terceiros.....	524
Envio de correspondência de cobrança sem manifestação ofensiva ou desrespeitosa não causa constrangimento.....	524
Correspondência convocando para participar de evento para inadimplentes cujos dizeres vieram estampados na parte externa. Cobrança abusiva .....	524
Correspondência de cobrança que permite terceiros verificar o conteúdo. Cobrança abusiva .....	525
Constitui cobrança abusiva a correspondência que os órgãos de proteção ao crédito enviam ao consumidor com o papel transparente.....	525
Cobrança da dívida através da coação de policiais e ex-policiais. Cobrança abusiva.	525
Requisitos para aplicação da repetição do indébito em dobro.....	525
A análise do parágrafo único não exclui a indenizabilidade do dano moral por cobrança abusiva. ( <i>sobre dano moral, ver art. 6º, VI</i> ) .....	525
Para que haja a devolução em dobro, é necessária a comprovação de má-fé do fornecedor .....	526
Somente o engano justificável afasta o dever de restituição em dobro .....	526
Se há pagamento sem a correspondente contraprestação, a repetição do indébito é simples .....	526
Não cabe repetição de indébito se a exigência do valor cobrado for legítima.....	527
Valor irregularmente retirado da conta-corrente do consumidor. Não aplicação da repetição em dobro por não ser cobrança de dívidas.....	527
Valor despendido para sustar protesto deverá ser restituído em dobro.....	527
Repetição de indébito em dobro. Necessidade de a dívida estar paga.....	527
A quantia paga em virtude de cláusulas contratuais declaradas nulas deve ser ressarcida de maneira simples .....	528
Não aplicação da restituição em dobro quando houver controvérsia nos tribunais em relação ao objeto da cobrança indevida.....	528
Se a cobrança indevida se deu em virtude de má interpretação da legislação em vigor não haverá restituição em dobro .....	528
Nos casos em que a concessionária não prestou o serviço e efetuou a cobrança indevida, não cabe alegação de erro justificável, devendo indenizar o consumidor pelo dobro do pagamento indevido .....	528

Possibilidade de aplicação do art. 42, parágrafo único (repetição em dobro) quando a companhia aérea retém o valor pago pelo consumidor que exerceu o direito de arrependimento .....	528
---	-----

### **Art. 42-A.**

Todas as formas possíveis de veicular a cobrança ficam sujeitas à norma .....	529
---	-----

### **Art. 43.**

O armazenamento de dados sobre consumidores é uma atividade lícita e permitida pelo CDC .....	530
Infração penal.....	530
Os arquivos de consumo são um dado inextirpável da economia fundada nas relações massificadas de crédito .....	530
Proibição dos registros serem codificados.....	530
Proibição dos registros serem em língua estrangeira.....	530
Legalidade e a importância dos arquivos de consumo, inclusive aceitando a transferência de informações entre os bancos de dados .....	531
O <i>habeas data</i> e não o mandado de segurança é o instrumento processual cabível para a proteção ao direito de informação do cidadão .....	531
O ônus de dar baixa no cadastro de inadimplentes é do fornecedor. ....	531
Prazo de 5 dias úteis do pagamento efetivo para a retirada do nome do consumidor, por analogia ao art. 43, § 3º, do CDC. Súmula 548 do STJ.....	531
A existência de garantia do débito não obsta a inscrição do nome do consumidor em cadastro negativo.....	532
Inscrição de devedor em cadastro de inadimplentes não configura constrangimento. ( <i>sobre cobrança abusiva, ver art. 42</i> ) .....	532
A negativação só se torna possível se houver certeza da existência e valor da dívida .....	532
Ilícita a inscrição do devedor por quantia maior que a devida .....	532
Conta conjunta bancária. Não negativação do consumidor que não emitiu o cheque, mesmo sendo titular da conta corrente.....	532
Se o consumidor possui negativação anterior, não cabe dano moral por uma nova inscrição indevida. O consumidor somente terá direito ao cancelamento da inscrição indevida. Súmula nº 385 do STJ.....	533
Aplicação da Súmula 385 do STJ também em relação aos credores.....	533
Discussão da dívida em juízo. Requisitos para permitir o cancelamento ou a abstenção da inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito.....	533

O novo CPC possibilitou a inclusão do nome do devedor de qualquer dívida.....	534
Inscrição de devedor de alimentos em cadastros de inadimplentes.....	534
Negativação em decorrência de ação de execução indevidamente ajuizada. Só há dano moral se comprovada má-fé .....	534
Negócio frustrado. Lucros cessantes. Cadastro de Inadimplentes .....	534
Fatura de serviço telefônica não enviada. Inclusão do nome do consumidor em cadastro de inadimplência da prestadora.....	535
O Sistema de Informações do Banco Central – Sisbacen e o Sistema de Informações de Crédito do Banco Central – SCR possuem natureza de cadastro restritivo ao crédito.....	535
Não compete ao Banco Central fiscalizar a Serasa.....	536
A informação deve ser objetiva, sem envolver juízo de valor.....	536
O dado arquivado tem que ser claro.....	537
Dois momentos: prazo de 5 anos ou prescrição. O que acontecer primeiro. <i>(sobre a prescrição para retirada do nome do consumidor, ver § 5º do art. 43)</i> .....	537
Termo inicial do prazo para contagem dos 5 anos será o do dia seguinte ao do vencimento da dívida .....	537
Múltiplas inscrições. Cada inscrição é autônoma, autorizando o consumidor a demandar o cancelamento de anotações que ultrapassam o prazo legal de manutenção no cadastro negativo .....	538
O consumidor é a primeira pessoa que deve tomar conhecimento das informações armazenadas ou repassadas a terceiros.....	539
Consequência do não cumprimento do § 2º do art. 43 dano moral. <i>(sobre dano moral, ver art. 6º, VI)</i> .....	539
A notificação deve ser prévia, de modo a oferecer ao consumidor oportunidade de contestar o registro, caso tenha algum equívoco a ser sanado, evitando, assim, lesões a seus direitos .....	539
A notificação deve ser no mínimo com 5 dias úteis de antecedência .....	539
A notificação (prévia) é essencial para que o fornecedor possa inscrever o nome do consumidor nos órgãos de proteção ao crédito .....	540
É do arquivista a responsabilidade pela comunicação prévia da inscrição do nome do consumidor em cadastro negativo .....	540
Não há dano se o arquivista deixa de comunicar ao consumidor o encaminhamento de seu nome ao cadastro negativo, mas a comunicação é enviada pelo próprio credor .....	540
Quando o credor informa o endereço errado para o arquivo de consumo, há responsabilidade solidária na notificação enviada para outro endereço do consumidor .....	540

Responsabilidade solidária do fornecedor e do arquivo de consumo pelo não cumprimento da notificação ao consumidor.....	540
Não cabe dano moral pela falta de notificação ao consumidor, quando a informação que possibilitou a negativação é acessível ao público (dados oriundos dos cartórios de protesto de títulos e de distribuição de processos judiciais). ( <i>sobre dano moral, ver art. 6º, VI</i> ) .....	541
O arquivo de consumo não possui o ônus de provar que o consumidor foi efetivamente comunicado da inscrição, bastando apenas que demonstre que foi remetida a correspondência (carta simples) para a residência do mesmo. Súmula nº 404 do STJ .....	541
<i>Scoring</i> de crédito é legal.....	541
Requisitos para a propositura da ação de exibição de documentos relacionados ao sistema <i>scoring</i> .....	542
Não cabe ao Banco do Brasil avisar sobre inclusão em cadastro de cheques sem fundos .....	542
Responsabilidade solidária entre as diversas entidades que compõem o cadastro nacional de serviço de proteção ao crédito. Dever de notificação. ( <i>sobre solidariedade, ver art. 7º, parágrafo único</i> ).....	543
Mesmo que o consumidor não negue a existência da dívida, o fornecedor está obrigado a comunicá-lo previamente a respeito da inscrição de seu nome em cadastros de proteção ao crédito .....	543
Se a dívida já foi reconhecida como inexistente, o envio de carta ameaçando a inscrição gera danos morais. ( <i>sobre dano moral, ver art. 6, VI</i> ) .....	543
Análise conjunta com a Lei 9507/1997 (Lei do <i>Habeas Data</i> ).....	544
Prazo de 5 dias úteis do pagamento efetivo para a retirada do nome do consumidor, por analogia ao art. 43, § 3º, do CDC Súmula 548 do STJ .....	544
Cabe à instituição bancária envolvida, e não ao Banco Central, a retificação de informação nos casos em que há erros de débitos e encargos financeiros lançados em conta corrente.....	544
A retificação deve ocorrer em qualquer informação inexata.....	545
O caráter público não está no fato do banco de dados integrar ou não o aparato estatal.....	545
<i>Habeas data</i> .....	545
O prazo prescricional de cinco anos não diz respeito somente à ação de execução, mas a qualquer outra forma de cobrança. Súmula 323 do STJ.....	546
Por questão de segurança, a informação que extrapola o limite temporal deve ser definitivamente excluída dos arquivos de consumo .....	546

Sobre o prazo que o fornecedor possui para proceder a retirada do nome do consumidor, ver §3º do art. 43 .....	547
Preocupação do legislador com a vulnerabilidade informacional das pessoas com deficiência.....	547

## Art. 44.

Obrigação para os órgãos públicos de defesa do consumidor .....	547
Finalidade.....	547
O Cadastro de reclamações fundamentadas não se confunde com o Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – SINDEC .....	548
Ilegalidade de ameaça de inclusão de profissional liberal em lista pública .....	548
A decisão é definitiva quando não mais couber recurso, seja de ordem formal ou material.....	548
O Poder Público só poderá inserir no cadastro de reclamações fundamentadas as reclamações que tenham sido objeto do devido processo legal contra o fornecedor, no qual este tenha exercido o contraditório e a ampla defesa, e de cuja decisão procedente não caiba mais recurso.....	548
Fere direito líquido e certo a inscrição no cadastro de reclamação fundamentada antes de haver decisão definitiva em processo administrativo .....	549
Em Minas Gerais, o MPMG pode organizar e processar o cadastro de reclamações fundamentadas .....	549
Pedido de antecipação dos efeitos da tutela para que o nome da empresa reclamada não seja inscrito no cadastro nacional e estadual de reclamações fundamentadas.....	550
Possibilidade de publicação de outros dados nos cadastros de reclamações fundamentadas. Conteúdo mínimo prescrito no art. 44 do CDC.....	550
Análise do cadastro de reclamações fundamentadas para aferição do <i>quantum</i> da multa administrativa. A empresa era a campeã de reclamações.....	550
Acordo entre o consumidor e a empresa reclamada entabulado após o encerramento do processo administrativo torna inadmissível a manutenção do cadastro como ‘reclamação não atendida’ .....	550
Qualquer interessado pode acessar as informações arquivadas .....	551
Dever do Estado de possibilitar o acesso ao consumidor.....	551
Permite-se a busca de um provimento judicial que determine o cumprimento forçado, pelo Poder Público, do dever de divulgação do Cadastro de Reclamações Fundamentada.....	551
Aplicação do art. 43 do CDC.....	552

Aplicação dos direitos previstos aos consumidores no art. 43 aos fornecedores nos cadastros de reclamações fundamentadas .....	552
--	-----

## **Art. 45. (Vetado).**

### **Art. 46.**

Sobre a informação e destaque das cláusulas limitativas nos contratos de adesão, ver art. 54, §4º .....	553
Sobre cláusulas dúbias e interpretação mais favorável ao consumidor, ver art. 47 .....	553
É preciso que o consumidor tenha oportunidade de tomar conhecimento efetivo de todos os direitos e deveres .....	553
Direito do consumidor receber uma via do contrato .....	553
Se não teve ciência antecipada das cláusulas do contrato, o consumidor não se obriga ..	554
Cartão de crédito. Necessidade de prévia ciência das cláusulas.....	554
Mesmo consumidores bem informados falta-lhes o conhecimento jurídico básico ...	554
Não obrigará o consumidor cláusulas inseridas ou alteradas unilateralmente pelo fornecedor, sem que o consumidor tenha conhecimento prévio e efetivo das mesmas .....	554
Descrédenciamento de clínica médica sem prévia comunicação ao consumidor. ( <i>sobre dano moral, ver art. 6º, VI</i> ).....	554
Seguro de vida. Cláusula limitativa de cobertura cujo conhecimento do conteúdo não foi dado ao consumidor.....	555
Limitação do risco no seguro de veículo não estava claro ao consumidor .....	556
Título de capitalização: clareza nas informações .....	556
Divergência nos valores do contrato de seguro. Prevalece o enviado quando da contratação e não o posteriormente enviado.....	556
Vício de consentimento em contrato de previdência.....	556
Seguro de cartão de crédito oferecendo proteção em caso de perda de emprego involuntária. Cláusula limitativa de carência não informada ao consumidor.....	557

### **Art. 47.**

Verificação do princípio constitucional da isonomia .....	557
A interpretação mais favorável ao consumidor se dará no contrato de consumo como um todo.....	557
A interpretação mais favorável ao consumidor provém da Constituição Federal .....	557
Existindo duas cláusulas contratuais divergentes, deve incidir a mais benéfica ao consumidor .....	557



Sobre cláusulas abusivas nos contratos seguro, ver art. 51 .....	558
Havendo divergência entre a proposta e a apólice, deve prevalecer a mais favorável ao consumidor.....	558
Os critérios de interpretação do contrato de seguro orientam-se pela proteção do segurado.....	558
Súmula 402 do STJ .....	558
Doença preexistente. A seguradora deve provar a má-fé do segurado.....	558
Contrato de seguro de vida. Existência de cláusulas dúbias. Interpretação mais favorável ao consumidor.....	558
Seguro habitacional. Ação de cobrança promovida por mutuários contra seguradora por vícios na construção .....	559
Contrato de seguro. Dúvida interpretativa. Interpretação mais favorável ao consumidor.....	559
Contrato de seguro de vida. Complicações pós-cirúrgicas não caracterizam morte acidental para fins de cobertura securitária.....	559
Contrato de seguro de vida. Risco previsto em contrato .....	560
Microtraumas sofridos por operário. Cobertura securitária. Interpretação a favor do consumidor .....	560
Sobre cláusulas abusivas nos contratos de plano de saúde, ver art. 51 .....	560
Negativa de cobertura de procedimentos médicos essenciais para a saúde do segurado .	560
Tratamento domiciliar ( <i>home care</i> ) como desdobramento de tratamento hospitalar. Interpretação mais favorável ao consumidor .....	560
Plano de saúde. Exclusão de cobertura. Interpretação mais favorável ao consumidor .....	561
Cirurgia de obesidade mórbida. Ausência de cobertura não expressamente prevista no contrato. Interpretação favorável ao consumidor.....	561
Cirurgia bariátrica. Negativa de cobertura pelo plano de saúde.....	561
Plano de saúde. Cobertura de lesões congênitas de filhos das seguradas.....	562
Plano de saúde. Angioplastia com colocação de <i>stent</i> .....	562
Sobre cláusulas abusivas nos contratos de imóveis, ver art. 51.....	562
O inadimplemento do promitente-vendedor na entrega do imóvel é causa de rescisão contratual da promessa de compra e venda .....	562
Contrato imobiliário. Possibilidade de cumulação de cláusula penal e indenização por lucros cessantes em caso de atraso na entrega de imóvel.....	562
Sobre cláusulas abusivas nos contratos bancários, ver art. 51.....	563
Incerteza no contrato quanto a natureza da multa: moratória ou compensatória .....	563

**Art. 48.**

Sobre o princípio da vinculação contratual da oferta, verificar art. 30 .....	563
Decorrência do princípio da vinculação contratual do art. 30.) .....	563
Possibilidade de aplicação do art. 48 do CDC para outras relações que não de consumo .....	563

**Art. 49.**

Prazo de reflexão obrigatório de sete dias.....	564
Nulidade de cláusula que preveja a não aplicação do direito de arrependimento .....	564
O direito de arrependimento no contrato de cartão de crédito não significa que o consumidor poderá se arrepender das compras utilizadas no cartão.....	564
O direito de arrependimento não está vinculado a qualquer vício do produto ou serviço ou ainda a qualquer justificativa por parte do consumidor.....	564
Direito de arrependimento nas contratações via internet .....	565
Direito de arrependimento na contratação via sistema de televendas.....	565
Contrato de financiamento de automóvel celebrado fora do estabelecimento da instituição financeira .....	565
Ausência de prova de que o exercício do direito ao arrependimento foi exercido dentro do prazo estabelecido pelo art. 49.....	566
Direito de arrependimento no contrato de cessão do direito de uso da unidade habitacional em sistema de tempo compartilhado .....	566
Direito de arrependimento mesmo se o contrato for celebrado no estabelecimento comercial se houver prática comercial agressiva .....	566
Direito de arrependimento de participação em curso de atualização promovido pela OAB.....	566
Direito de arrependimento no comércio eletrônico .....	566
Início do prazo de sete dias. Da assinatura do contrato ou do recebimento do produto ou serviço.....	567
Direito de arrependimento de contrato de ensino. Devolução do valor da matrícula.....	567
Direito de arrependimento nas passagens aéreas compradas pela internet. Possibilidade .....	567
Possibilidade de aplicação do art. 42, parágrafo único (repetição em dobro) quando a companhia aérea retém o valor pago pelo consumidor que exerceu o direito de arrependimento .....	568
Não aplicação do direito de arrependimento quando o serviço se exaure .....	569

Não se enquadrando em uma relação de consumo, não se aplica o direito de arrependimento .....	569
Se o consumidor adquiriu o produto dentro do estabelecimento comercial, não cabe o direito de arrependimento .....	569
Direito de arrependimento de contrato de turismo adquirido fora do estabelecimento comercial .....	570
Exercido o direito de arrependimento, o consumidor deverá receber de forma imediata a quantia paga .....	571
Restituição de valor despendido com serviço postal .....	571
Direito de arrependimento. Restituição de taxa de adesão.....	571
Multa administrativa por falha na informação sobre o direito de arrependimento no comércio eletrônico .....	571

## **Art. 50.**

Sobre a garantia legal (de adequação), ver art. 24.....	572
O prazo da garantia contratual começa somente quando da aquisição do produto pelo consumidor .....	572
Obrigatoriedade do fornecedor esclarecer a extensão da garantia .....	572
A garantia contratual deve ser informada ao consumidor.....	572
Garantia estendida .....	572
Prazos de reclamação do art. 26 utilizados na garantia contratual .....	572
O prazo de decadência para a reclamação de vícios do produto (art. 26 do CDC) não corre durante o período de garantia contratual .....	573
Cumulação das garantias (legal e contratual).....	573
Se o produto se encontra na assistência técnica para sanar vícios durante o prazo de garantia contratual, este é suspenso e, conseqüentemente, prorrogado .....	574
Os prazos de reclamação do art. 26 somente se iniciam após o término do prazo da garantia estendida.).....	574
Exoneração do comerciante para responder por vício dentro do prazo de garantia estendida.....	574
Se a garantia estendida não foi contratada pelo consumidor, mas foi incluída no preço final do produto, cabe repetição de indébito em dobro do respectivo valor.....	575
A estipulação da garantia contratual não pode impedir o consumidor de recorrer às disposições mais favoráveis previstas pela garantia legal.....	575
Preenchimento do termo de garantia. Direito do consumidor .....	575

**Art. 51.**

Enumeração de cláusulas abusivas é exemplificativa.....	576
Sentença de nulidade é desconstitutiva e produz efeitos <i>ex tunc</i> .....	576
A nulidade das cláusulas abusivas poderá ocorrer nos contratos de adesão e nos contratos de comum acordo .....	576
Cláusula abusiva aprovada por órgão estatal não impede a apreciação judicial.....	576
Proibição de declaração de ofício de nulidade de cláusula abusiva antes da vigência do CDC .....	576
A abusividade da cláusula contratual deve ficar cabalmente demonstrada no caso concreto .....	577
Impossibilidade do STJ rever de ofício o contrato, para anular cláusulas consideradas abusivas.....	577
Necessidade de demonstração das nulidades e das práticas abusivas.....	577
Nos contratos envolvendo sistema financeiro da habitação (SFH), ver tópico “Cláusulas abusivas nos contratos de SFH” .....	577
Sobre dano moral envolvendo contratos bancários, ver tópico “Dano moral envolvendo Bancos” no art. 6º, VI.....	577
Súmula 93 do STJ .....	577
Súmula 285 do STJ .....	577
Súmula 286 do STJ .....	577
Súmula 287 do STJ .....	577
Súmula 288 do STJ .....	577
Súmula 294 do STJ .....	577
Súmula 296 do STJ .....	578
Súmula 297 do STJ .....	578
Súmula 379 do STJ .....	578
Súmula 380 do STJ .....	578
Súmula 381 do STJ: “ .....	578
Súmula 382 do STJ .....	578
Súmula 472 do STJ .....	578
Súmula 477 do STJ .....	578
Súmula 530 do STJ .....	579
Súmula 539 do STJ .....	579
Súmula 541 do STJ .....	579

Súmula 565 do STJ .....	579
Súmula 566 do STJ .....	579
Súmula 725 do STF .....	579
Revisão das taxas de juros remuneratórios quando colocar o consumidor em desvantagem exagerada.....	579
Para a análise da taxa média de juros, é preciso verificar a mesma modalidade de contrato.....	580
A verificação de abusividade não se baseia no simples fato de ultrapassar a taxa média de mercado.....	580
Capitalização diária de juros. Se não informada expressamente ao consumidor é abusiva. (sobre o direito de informação do consumidor, ver art. 6º, III) .....	580
Capitalização mensal de juros .....	580
Capitalização anual dos juros. Possibilidade desde que previamente pactuados .....	581
Capitalização de juros deve ser clara, precisa e ostensiva.....	581
Juros bancários não estão limitados à 12% ao ano .....	581
Tarifa de cadastro é válida, mas só pode ser cobrada uma única vez.) .....	581
A cobrança de tarifa de abertura de crédito (TAC) e tarifa de emissão de carnê (TEC) é permitida se baseada em contratos celebrados até 30 de abril de 2008, desde que prevista expressamente. Após esta data não há respaldo legal para a pactuação destas tarifas .....	581
Tarifa de renovação de cadastro.....	582
Legitimidade do Ministério Público para discutir abusividades de tarifas nos contratos bancários .....	583
Descaracterização da mora somente na abusividade dos encargos da normalidade ..	583
A fiança também é prorrogada, mesmo sem autorização expressa do fiador, desde que previsto em cláusula contratual.....	583
A cobrança de comissão de permanência deve ser limitada ao percentual previsto em contrato; só pode ser aplicada no período de inadimplemento e também não pode ser cobrado com nenhum outro encargo.).....	584
Comissão de permanência. Não poderá ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato .....	585
Abusividade da cobrança pelos boletos bancários.....	585
Banco não pode exigir assinatura de devedor em contrato em branco .....	585
Cláusula de renovação automática do contrato de abertura de crédito .....	586
Cláusula contratual que autoriza a instituição financeira a resgatar de aplicação valor suficiente para quitar o débito do correntista .....	586

Contrato de penhor. Cláusula contratual que restringe a responsabilidade da instituição financeira.....	586
Empréstimo consignado. Limitação do desconto da parcela a 30% da renda líquida do devedor .....	586
Cláusula mandato que autoriza a instituição financeira a sacar nota promissória para a quitação de débito do consumidor em atraso.....	587
Abusividade caracterizada pela emissão de nota promissória em branco.....	587
Os contratos de outorga de crédito rural, ainda que a obtenção do crédito seja destinada à atividade produtiva, sujeitam-se à disciplina do CDC, sendo vedada a cobrança de comissão de permanência.....	587
Tarifa de liquidação antecipada do crédito .....	588
Cobrança de juros antes da entrega das chaves .....	589
Roubo ou furto e joias dadas em penhor. Cláusula que exclui ou limita a resiliência da instituição financeira.....	589
Sobre a interpretação mais favorável ao consumidor nos contratos de planos de saúde, ver art. 47.....	590
Sobre doenças preexistentes, ver art. 4º, III (boa-fé objetiva) e art. 47.....	590
Sobre dano moral envolvendo planos de saúde, ver tópico “ <i>Dano moral envolvendo o direito à saúde</i> ” no art. 6º, VI .....	590
Prazo de carência é ineficaz em caso de tratamento de urgência decorrente de doença grave.....	590
Cláusula que prevê novo período de carência equivalente ao prazo de inadimplemento .....	590
Cláusula de reajuste de mensalidade por faixa etária .....	590
Cláusula que limita o tratamento necessário para assegurar a vida da criança.....	591
Custeio de prótese em procedimento cirúrgico coberto pelo plano e necessária ao pleno restabelecimento da saúde do segurado .....	591
Cláusula que induz o consumidor a renunciar a orientação médica no preenchimento de declaração de doença preexistente .....	591
Cláusula de reajuste de mensalidade com base na faixa etária do usuário. Abusividade não configurada.....	592
Cláusula que exclui o custeio de cobertura de materiais necessários à realização de cirurgia.....	593
Cláusula que exclui o custeio de medicamento a ser ministrado em ambiente domiciliar.....	594
Cláusula que limita o valor do tratamento e internação.....	594
Cláusula que limita a quantidade de sessões de rádio e quimioterapia .....	594

Tratamento domiciliar ( <i>home care</i> ) como desdobramento do tratamento hospitalar.	595
Tratamento de obesidade mórbida (gastroplastia).....	595
Cláusula de coparticipação é válida, mas deve constar expressamente no contrato...	595
Coparticipação não se confunde com contribuição .....	596
Cláusula restritiva de transplante de órgãos. Abusividade.....	596
Transplante. Obrigatoriedade de cobrir as despesas com o doador vivo .....	597
Cláusula que exclui a cobertura do tratamento da AIDS.....	597
Cláusula que restringe exame pedido por médico conveniado.....	597
Plano de saúde não pode impor restrição não prevista no credenciamento de entidade conveniada.....	598
Cláusula contratual que prevê a suspensão de atendimento em caso de atraso no pagamento de uma única parcela .....	598
Cláusula que prevê a rescisão unilateral do plano de saúde.....	598
Rescisão unilateral nos contratos de plano de saúde coletivo .....	598
Cláusula que limita o tempo de internação .....	598
Cláusula que limita o tratamento da doença.....	599
Cobrança de valores adicionais por atendimentos realizados fora do horário comercial.	599
Cláusula que prevê cobrança de honorários médicos complementares caso o consumidor solicite o internamento em acomodação superior àquela prevista no contrato .....	599
Internação psiquiátrica não pode ser recusada sob a alegação de doença preexistentes em que seja comprovada má-fé do consumidor .....	600
Reembolso de despesas de tratamento de urgência realizado em rede não credenciada .....	600
Cobertura de tratamento fisioterápico .....	601
Reembolso de quantia despendida com atendimento médico-hospitalar .....	601
Cláusula de exclusão para tratamento de doenças crônicas .....	601
Cláusula que assegura somente o furto qualificado sem esclarecer o alcance da expressão “qualificado” .....	602
Cláusula que limita a cobertura securitária a ponto de descaracterizar o próprio contrato.....	602
Cláusula excluindo dever de indenizar nas operações de carga e descarga.....	602
Previsão contratual de não renovação automática de seguro de vida em grupo.....	602
O simples atraso não implica suspensão ou cancelamento automático do contrato de seguro .....	603

Em caso de perda total do veículo, o valor pago por seguradora deve ser o da data do acidente e não do efetivo pagamento.....	603
Cláusula prevendo reajuste de seguro de vida por faixa etária.....	603
A aposentadoria por invalidez concedida pelo INSS é suficiente para comprovar a invalidez permanente e total por doença .....	604
Pagamento da quantia deve ser a estipulada na apólice.....	604
Cláusula estipulando o dever de indenizar pelo preço de mercado.....	604
Se o valor indenizatório pago for menor que o previsto, o valor do prêmio também deverá ser menor .....	605
Vedado ao fornecedor alterar unilateralmente as cláusulas contratadas na assinatura d apólice .....	605
Cláusula que obrigue o consumidor arrendatário a contratar seguro total do bem arrendado, deixando como beneficiária a arrendadora .....	605
Títulos de capitalização. Carência para devolução de valor investido não é abusiva..	605
Cláusula surpresa em contrato de título de capitalização .....	606
Súmula 543 do STJ.....	606
Sobre o distrato de imóveis e a cláusula de decaimento, ver art. 53 .....	606
Aquisição de imóvel. Cláusula contratual que prevê a devolução de valores ao consumidor por meio de cartas de crédito para a aquisição de outra unidade imobiliária da mesma construtora .....	607
Cláusula mandato para constituir hipoteca.....	607
Não sendo concluída a compra e venda do imóvel, por desistência das partes, é indevido o pagamento da comissão de corretagem .....	607
Incorporação imobiliária. Troca de terreno por área construída.....	608
Cláusula contratual que isenta a construtora de qualquer ressarcimento ao adquirente em caso de atraso expressivo na entrega do imóvel .....	609
Legalidade da cobrança de juros compensatórios (juros “no pé”) nos contratos de incorporação imobiliária .....	609
Cláusula contratual que prevê a devolução de parcelas ao consumidor somente após o término da obra, em caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da construtora/incorporadora.) .....	609
Invalidez da cláusula SATI (serviço de assessoria técnico-imobiliária) .....	610
Cláusula estipulando penalidade exclusivamente ao consumidor. Situação análoga deve ser aplicada ao fornecedor.....	610
Cláusula de exoneração da obrigação de contribuir para o condomínio.....	611



Cláusula contratual que prevê a extinção de curso superior.....	611
Cláusula que condiciona o trancamento de matrícula ao pagamento adiantado do período semestral em que aquele é requerido.....	612
Cobrança da mensalidade independentemente da frequência nas aulas.....	612
Súmula 283 do STJ.....	613
Cláusula de taxa de juros. Verificação da taxa média do mercado.....	613
Quando a taxa de juros não é informada, aplica-se a taxa média.....	613
Cláusula contratual que prevê o bloqueio de cartão de crédito por falta de pagamento da fatura.....	613
Cartão de crédito furtado ou roubado. Abusividade de cláusula que impõe ao consumidor o pagamento das compras efetuadas.....	614
Liberação do uso do cartão no terceiro dia útil após o pagamento do débito.....	614
Cláusula-mandato que permite à operadora de cartão de crédito emitir título cambial contra o usuário do cartão.....	614
Cláusula contratual que prevê o pagamento das despesas decorrentes da cobrança extrajudicial.....	616
Impossibilidade de revisão de cláusulas contratuais em sede de ação de prestação de contas.....	616
Pacote turístico. Abusividade de cláusula contratual que prevê a perda total do valor antecipadamente pago pelo consumidor.....	616
Sobre o direito de arrependimento nos contratos de passagens aéreas, ver art. 49....	616
Cláusula que estipula valor de retenção abusivo em caso de cancelamento da passagem (40% do valor da passagem).....	616
Cláusula que cancela a passagem de volta se o consumidor não utiliza a de ida.....	617
Súmula 293 do STJ.....	618
Súmula 369 do STJ.....	618
Súmula 564 do STJ.....	618
<i>Leasing</i> . Não é abusiva cláusula contratual que obrigue o consumidor arrendatário a contratar seguro total do bem arrendado, deixando como beneficiária a arrendadora.....	618
Possibilidade de discutir a legalidade ou abusividade das cláusulas nos autos da ação de busca e apreensão.....	618
Foro de eleição em contrato de <i>leasing</i> . Dificuldade de defesa.....	619
Possibilidade de cobrança de tarifa pela liquidação antecipada para os contratos anteriores a 10/12/2007.....	619
Súmula 35 do STJ.....	619

Súmula 538 do STJ.....	619
Cláusula prevendo a restituição das parcelas pagas somente ao término da obra.....	619
Súmula 422 do STJ.....	619
Súmula nº 454 do STJ.....	619
Súmula 586 do STJ.....	619
Capitalização de juros nos contratos de SFH.....	619
Não cabe ao STJ aferir se há capitalização de juros com a utilização da Tabela <i>Price</i> , por força das Súmulas nºs 5 e 7 do STJ.....	620
Possibilidade de discutir contratos extintos pela novação através da ação revisional	620
Assegurada ao mutuário que sofreu redução de seus rendimentos a renegociação das condições de amortização.....	621
Legalidade da cláusula de fidelização em contratos de telefonia.....	621
Cláusula de foro de eleição.....	621
A invalidade do foro de eleição é exceção, não a regra.....	621
Foro de eleição mantida. Compra de equipamento sofisticado para exames médico.	621
Foro de eleição. Prevalência se o réu alega que não terá dificuldades na defesa.....	621
A cláusula abusiva de eleição de foro é nula de pleno direito, devendo ser declarada de ofício pelo magistrado.....	622
O fato de ser uma relação de consumo não significa que a cláusula de eleição de foro é nula.....	622
Foro de eleição mantida em contrato de adesão. Empresa de porte.....	623
As cláusulas de irresponsabilidade são vedadas.....	623
Será abusiva cláusula em que o consumidor renunciar as disposições do CDC.....	623
Limitação de responsabilidade. Deve-se observar se não foi rompido o equilíbrio contratual.....	624
Súmula 130 do STJ.....	624
A cláusula contratual que subtrair o direito ao reembolso será considerada nula.....	624
Cláusula em distrato prevendo importância menor de reembolso do que a estipulada inicialmente.....	624
Nulidade de cláusula que transfere responsabilidade à terceiros.....	624
Recusa de pagamento de indenização de seguro médico-hospitalar pelo estipulante	624
Cláusula que estipula a prorrogação da entrega do imóvel em razão da inadimplência dos demais promissários compradores.....	625
Sobre cláusulas abusivas envolvendo a boa-fé objetiva, ver art. 4º, III.....	625

Sobre foro de eleição, verificar art. 51, <i>caput</i> , no tópico “Outras cláusulas abusivas”	625
Percebe-se a preocupação do legislador em manter sempre o equilíbrio contratual..	625
Para a correta interpretação do termo “desvantagem exagerada” será fundamental a análise do § 1º do art. 51 .....	625
Evitar grave desequilíbrio.....	626
É possível, nos contratos de consumo, a instituição de cláusula de arbitragem, desde que obedecida, efetivamente, a bilateralidade na contratação e a forma da manifestação da vontade .....	626
Quando já configurado o conflito e havendo consenso entre as partes, é possível que seja instaurado o procedimento arbitral.....	626
Nulidade da cláusula de convenção de arbitragem.....	627
Eventual cláusula que preveja a utilização de arbitragem somente é eficaz se a iniciativa de sua previsão partir do consumidor aderente.....	627
Nulidade da cláusula mandato .....	628
Cláusula mandato em contrato de cartão de crédito .....	628
Cláusula que permite à administradora de cartão de crédito sacar título cambial em nome do mandante.....	629
Cláusula mandato para constituir hipoteca.....	630
Cláusula mandato que autoriza a instituição financeira a sacar nota promissória para a quitação de débito do consumidor em atraso.....	630
Súmula 60 do STJ .....	630
O fornecedor não poderá inserir cláusula desobrigando-o de cumprir o contrato, porém obrigando somente o consumidor .....	631
Qualquer alteração superveniente à formação contratual deverá ser convencionada pelas partes.....	631
Após a celebração do contrato, os contratantes têm o dever de cumprir com suas obrigações.....	631
Cláusula que prevê a rescisão unilateral do plano de saúde.....	631
Rescisão unilateral nos contratos de plano de saúde coletivo.....	631
Rescisão unilateral do contrato de seguro de vida em grupo .....	632
Cláusula de pagamento de honorários advocatícios.....	632
Somente nos casos em que realmente houver a necessidade (imprescindibilidade) da intervenção de um advogado.....	632
Cláusula que prevê o pagamento de honorários advocatícios quando não ajuizada nenhuma demanda judicial.....	632

Admitindo a cobrança dos honorários extrajudiciais, desde que previsto contratualmente e assegurado ao consumidor o mesmo direito .....	632
Cláusula contratual em cartão de crédito que prevê o pagamento das despesas decorrentes da cobrança extrajudicial .....	633
Vedação de quaisquer alterações feitas de forma unilateral pelo fornecedor .....	633
Nulidade de cláusula de alteração unilateral do percentual de juros.....	633
Não se admite que cláusulas contratuais possam causar danos ao meio ambiente, ainda que sejam benéficas ao consumidor.....	633
Interpretação conjunta do direito do consumidor com o direito ambiental .....	633
Cláusula que incentive um consumo insustentável é considerada abusiva.....	634
A atividade econômica está subordinada ao princípio da “defesa do meio ambiente” (art. 170, VI da CF).....	634
Sistema de proteção ao consumidor não contempla somente o CDC.....	634
Verdadeira cláusula geral que sintetiza a lógica presente no CDC .....	635
Aumento de mais de 700% no período de 10 anos nos contratos de plano de saúde coletivo.....	635
Sobre a aplicação do CDC às relações locatícias, ver art. 3º .....	635
Lei 8.245/91, art. 35 (Lei de Locações).....	635
Súmula 335 do STJ.....	636
Confere ao juiz uma extraordinária prerrogativa que lhe permite, à luz de cada caso concreto, imprimir a equidade contratual.....	636
Princípio da conservação dos contratos .....	636
A conservação do contrato deve se dar em favor do interesse do consumidor.....	637
Interpretação integradora da parte saudável do contrato.....	637
Impossibilidade de conservação do contrato, sendo impositiva sua anulação, com o retorno das partes ao estado anterior. A conservação do contrato torna-se impraticável para o consumidor .....	637
Controle judicial abstrato das cláusulas contratuais abusivas.....	638
O dispositivo não encerra hipótese de legitimidade exclusiva para agir ao Ministério Público.....	638

## Art. 52.

Sobre cláusulas abusivas nos contratos bancários, de <i>leasing</i> , de alienação fiduciária e de cartões de crédito, ver art. 51 .....	639
--	-----

Sobre o direito à informação, ver art. 6º, III .....	639
Sobre juros nos contratos bancários, ver tópico no art. 51: “Cláusulas abusivas nos contratos bancários” .....	639
Sobre juros nos contratos de <i>leasing</i> e alienação fiduciária, ver tópico no art. 51: “Cláusulas abusivas nos contratos de <i>leasing</i> e alienação fiduciária” .....	639
Sobre juros nos contratos de cartão de crédito, ver tópico no art. 51: “Cláusulas abusivas nos contratos de cartão de crédito” .....	639
Sobre juros nos contratos de SFH, ver tópico no art. 51: “Cláusulas abusivas nos contratos de SFH” .....	639
Ampla informação para se evitar o endividamento (superendividamento) do consumidor .....	639
Conceito de superendividamento .....	640
Informação da cláusula de capitalização .....	640
Informação adequada para que o consumidor possa fazer contratação consciente e optar pela melhor opção .....	640
Falha no dever de informação no empréstimo consignado por meio do cartão de crédito .....	640
Falha na informação sobre os juros e taxas aplicadas no cartão de crédito consignado .....	641
O fato de o consumidor não ter conhecimento do processo matemático de formação da taxa de juros, por referir-se a um aspecto intrínseco do contrato, não o torna nulo .....	641
Preço ajustado em moeda estrangeira .....	642
Crédito habitacional. Acréscimos implícitos do contrato. Afronta ao CDC .....	642
Os juros remuneratórios somente podem ser cobrados pelo período do empréstimo .....	642
Incabível a redução da multa para o percentual máximo de 2% do CDC se a relação não é de consumo .....	642
Compra e venda de imóvel. Não aplicação do percentual de 2% se a previsão da multa é a favor do consumidor .....	643
Rescisão de compra e venda de veículo por culpa do consumidor. Cláusula penal de retenção que não fica sujeita obrigatoriamente aos 2% previsto no art. 52 .....	643
Redução da multa moratória para 2% do valor da prestação somente após a vigência da Lei 9.298/96 .....	643
A multa é calculada sobre o valor das prestações vencidas .....	644
A previsão da multa moratória de 2% não se aplica somente para contratos de outorga de crédito ou concessão de financiamento. Se é relação de consumo, há aplicação do percentual de 2%. Serviços de telefonia .....	644

Sobre a devolução de valores em contrato de consórcios, ver art. 52, § 2º.....	645
Direito à redução proporcional dos juros e demais acréscimos.....	645
Para as operações de crédito e arrendamento mercantil contratadas antes de 10/12/2007 podem ser cobradas tarifas pela liquidação antecipada no momento em que for efetivada a liquidação, desde que a cobrança dessa tarifa esteja claramente identificada no extrato de conferência.....	645
As instituições financeiras somente estiveram autorizadas a cobrar a tarifa para liquidação antecipada de débitos compreendidos entre 06/09/2006 (entrada em vigor da Resolução nº 3.401/06 do CMN) e 06/12/2007 (entrada em vigor da Resolução nº 3.516/07 do CMN) .....	645
Restituição em dobro no caso de não redução dos juros e eventual pagamento indevido pelo consumidor. <i>(sobre a restituição em dobro, verificar art. 42, parágrafo único)</i> .....	646

## Art. 53.

Súmula 543 do STJ.....	647
Cláusula de decaimento.....	647
Necessidade do consumidor reembolsar o fornecedor pelo uso do bem.....	647
Possibilidade de estabelecimento de pena para o descumprimento da obrigação pelo consumidor .....	647
Perda do sinal em caso de distrato.....	648
Invalidez de cláusula para excluir a correção monetária na devolução das parcelas	648
É possível a revisão de contratos findos para se afastar cláusula abusiva de decaimento .....	648
A cláusula de decaimento não se confunde com eventual indenização devida ao fornecedor .....	648
É admitida a retenção de valores pelo fornecedor, desde que seja em patamar razoável.....	649
Retenção integral das parcelas pagas pelo consumidor. Abusividade reconhecida ....	649
Cláusula que prevê a devolução das parcelas pagas somente ao final da obra .....	649
O percentual a ser retido pelo alienante a título de indenização varia conforme o tempo de uso do imóvel pelo promitente-comprador .....	650
Possibilidade de retenção de 10% do valor total do contrato em caso de desistência do negócio pelo promitente-comprador .....	650
Retenção das arras. A base de cálculo para o valor a ser retido deve considerar todo o montante vertido pelo promitente-comprador, sendo vedada a retenção total.....	650
Impossibilidade de retenção das arras .....	651

Se a obra sequer foi iniciada, a restituição dos valores pagos pelo promitente-comprador deve ser integral.....	651
A restituição de parcelas pagas não se aplica ao contrato de financiamento para aquisição de imóvel .....	651
Desistência do contrato de alienação fiduciária.....	651
Abusividade da cláusula que prevê a devolução de valores ao adquirente em forma de carta de crédito a ser utilizada para a aquisição de outro imóvel junto à mesma construtora .....	652
Inadimplência não impede que o adquirente de imóvel pleiteie judicialmente a rescisão do contrato.....	652
Arrematação pela construtora de unidade de condômino inadimplente .....	652
Contrato de locação de máquina de xerox com opção de compra. Inadimplemento do devedor. Não devolução das parcelas pagas.....	652
Percentual de retenção das prestações pagas em caso de desistência .....	653
Retenção de 50% das prestações pagas.....	653
Retenção de 30% das prestações pagas.....	653
Retenção de 25% das prestações pagas.....	653
Retenção de 20% das prestações pagas.....	653
Retenção de 10% das prestações pagas.....	654
Retenção das prestações pagas .....	654
Possibilidade de rescisão do contrato tanto pelo devedor como pelo comprador.....	654
Impossibilidade de retenção de parcelas quando o inadimplemento é da incorporadora.....	654
Perda integral das parcelas. Contrato celebrado antes do CDC .....	654
Aplicando o Código Civil para reduzir a cláusula penal compensatória – aplicação do art. 924 do Código Civil (art. 413 do Novo Código Civil) – nos contratos anteriores ao CDC .....	655
Súmula 35 do STJ .....	655
Súmula 538 do STJ .....	655
O marco inicial para a incidência da correção monetária é a data de desembolso de cada prestação.....	655
A saída de um dos participantes não justifica a devolução das parcelas que são contratadas no interesse de todo o grupo .....	656
Restituição das parcelas pagas por consorciado desistente deve ocorrer em até 30 dias do encerramento do grupo.....	656
Os juros de mora são devidos a partir do trigésimo dia após o término do consórcio ...	656

É da administradora do consórcio o ônus da prova de eventuais prejuízos causados ao grupo em decorrência da desistência do consorciado.....	657
Se houve fruição do bem e posterior inadimplemento, aplicam-se as regras do Decreto-lei nº 911/69 .....	657
Restituição proporcional do fundo de reserva na desistência do contrato de consórcio .....	658
Taxa de adesão como adiantamento da taxa de administração .....	658
Devolução de lance dado pelo consumidor. “Consórcio. Teoria da aparência.....	658
Cláusula de eleição de foro nos contratos de adesão a grupos de consórcios .....	659
Nulidade do preço ajustado em moeda estrangeira .....	659
Compra e venda mercantil com assunção de dívida em moeda estrangeira.....	659
Consórcio para aquisição de veículo importado. Prestações em moeda estrangeira que não ofende o CDC.....	659

## Art. 54.

Sobre a cláusula de foro de eleição nos contratos de adesão, ver tópico “ <i>Outras cláusulas abusivas</i> ” no art. 51, caput.....	660
Definição de contrato de adesão pelo CDC .....	660
Diversos nomes utilizados para os contratos de adesão.....	660
No direito brasileiro, o único tratamento legislativo dado ao contrato de adesão está no Código de Defesa do Consumidor .....	660
O simples fato de o contrato ser de adesão não o torna nulo .....	660
Contrato de compra e venda de apartamento como contrato de adesão.....	661
Legitimidade do Ministério Público para questionar em Ação Civil Pública cláusulas de contratos de adesão.....	661
Não é contrato de adesão aquele em que as cláusulas são modificáveis por acordo das partes.....	661
A cláusula resolutória é válida desde que a escolha caiba ao consumidor .....	661
A boa-fé objetiva limita a admissibilidade e o exercício dos direitos advindos da cláusula resolutória .....	661
A utilização da cláusula resolutiva deve observar os princípios do CDC.....	662
A resolução do contrato não pode ficar inteiramente ao alvedrio do fornecedor.....	662
O Código somente considera lícita a cláusula resolutória se a escolha entre a resolução ou manutenção do contrato for assegurada ao consumidor aderente .....	662
A ação de reintegração de posse, quando há ausência de pagamento e devida notificação, não viola o §2º do art. 54 do CDC.....	663



Mesmo havendo cláusula resolutiva expressa no contrato de adesão de construção e financiamento de imóvel, não se pode pleitear a imissão na posse sem a prévia declaração judicial de rescisão contratual .....	663
Contrato redigido com letras minúsculas .....	663
Sobre cláusulas abusivas em diversos contratos, ver art. 51, <i>caput</i> .....	664
A cláusula de limitação de direitos não pode infringir normas e princípios do CDC..	664
Seguro de cartão de crédito oferecendo proteção em caso de perda de emprego involuntária. Cláusula limitativa de carência não informada ao consumidor.....	664
O fato de a cláusula restritiva estar no meio de outras, em negrito, não é suficiente para se atender à exigência do Art. 54, § 4º, do CDC .....	664
Planos de saúde. Cláusula limitativa de direito não admitida.....	664
Cláusula limitativa em contrato de seguro que restringe a cobertura a furto qualificado	665
Contrato de seguro. A limitação de cobertura em caso de embriaguez deve ser redigida com destaque.....	666
Seguro habitacional. Limitação de cobertura em razão de doença preexistente deve ser destacada no contrato.....	666
Seguro por invalidez permanente. Dever de destacar a cláusula restritiva de direito.	666
Falha na informação sobre a limitação do serviço de monitoramento de veículo.....	667
Cláusula que prevê ciência do consumidor acerca do contrato não é suficiente para atender o disposto no art. 54, §4º.....	667
A interpretação do art. 54 deve ser feita com o espírito protecionista.....	667